PONTOGOV
A REVISTA DO MUNICIPALISMO
EDIÇÃO Nº 03
JULHO/AGOSTO/SETEMBRO 2026

A NOVA DIVISÃO DO ICMS
Mudanças nos critérios de distribuição alteram repasses aos municípios

O FUTURO DO MUNICIPALISMO
Fomenta 2026 reunirá gestores para discutir inovação e desafios das cidades

A MENOR CIDADE PAULISTA
Borá completa 61 anos preservando características únicas onde todos se conhecem

E mais:
Lei das Licitações: cinco anos depois;
Sustentabilidade financeira nas prefeituras



Nunes: o prefeito de 12 milhões de habitantes

De vereador ao comando da maior cidade do país: como Ricardo Nunes deixou de ser coadjuvante para virar protagonista na política paulistana

SUMÁRIO

NOSSA CAPA



4 ***Ricardo Nunes***

Prefeito da cidade de São Paulo

COLUNAS



13 Terra Brasilis
por Adinan Ortolan

40 Entrevista
por Marilene Mariottoni

E MAIS:

14 Nova Lei de Licitações

16 O homem do Governador

20 Pautas-bomba pressionam prefeituras

24 Fomenta 2026



30 Borá, a menor cidade do estado de São Paulo

14 Consórcios são soluções para municípios

16 ICMS: redução desafia planejamento das cidades

Editorial

Cortesia com chapéu alheio

No início do século passado, o uso de chapéus era comum entre os homens e o gesto de se curvar e tirar o chapéu para cumprimentar uma dama era o máximo da educação. O flerte podia virar um namoro com esse simples gesto.

Alguns não tinham o adereço e pediam emprestado aos amigos para fazer a graça para as damas em eventos sociais. Daí se popularizou o termo "fazer cortesia com o chapéu dos outros", que significa justamente se aproveitar de algo que você não comprou, nem pagou e nem vai pagar para se passar pelo bonzinho da história.

E é isso justamente o que mais tem pressionado – e irritado – os gestores municipais: a moda cada vez mais arraigada de governos estaduais, federais e principalmente parlamentares de criar benesses que serão pagas pelos governos municipais.

Nesta edição da Revista Ponto Gov damos destaque a esse assunto com a matéria sobre as pautas bomba.

O ponto mais evidente são as criações de pisos nacionais para categorias profissionais. Resquícios das antigas corporações de ofício do período medieval, a figura de um piso mínimo para determinada categoria não se encaixa mais num ambiente liberal do mundo de hoje.

Mas, na contramão da história e da realidade econômica, cada vez mais categorias profissionais estão conseguindo a aprovação de leis de pisos e de benefícios como aposentadoria especial, horário reduzido e outras vantagens.

O que deveria ser pauta da esquerda, tem encontrado na direita e no centrão bastiões de apoio para esses tipos de iniciativa.

Mas não é só iniciativa que beneficia categorias de trabalhadores. Iniciativas capitaneadas por segmentos empresarias têm conseguido benefícios fiscais, como a recente lei que isenta o IPVA de carros híbridos em SP. Metade do beneficio será pago pelos municípios paulistas.

O problema não é somente o caixa dos municípios. É o caixa do País como um todo, não somente do governo.

Devemos tirar as lições da história. Até 1930 a Argentina era um dos países mais ricos do mundo. O populismo e o excesso de benefícios a segmentos de trabalhadores e empresariais quebraram o Pais. Resultado: até hoje a Argentina sofre com crises econômicas intermináveis.

Aquela velha expressão do efeito Orloff para comparar Argentina e Brasil é mais atual que nunca: "eu sou você amanhã". ■



Foto: Marina Lorenzini

O prefeito de 12 milhões de habitantes

De vereador ao comando da maior cidade do país: como Ricardo Nunes deixou de ser coadjuvante para virar protagonista na política paulistana



Por anos, Ricardo Nunes circulou pela política de São Paulo longe dos holofotes da grande mídia. Conhecido principalmente em sua base eleitoral na região sul, construiu uma trajetória marcada pela atuação empresarial, pelo trabalho legislativo e por alianças políticas que, pouco a pouco, o levariam ao cargo mais importante da administração municipal. O caminho até a Prefeitura, porém, teve contornos improváveis, como um azarão que entra discretamente na corrida e cruza a linha de chegada antes dos favoritos.

Na política, nem sempre vence quem larga na frente. Às vezes, o personagem que parecia escalado apenas para compor o elenco acaba assumindo o papel principal. A trajetória de Ricardo Nunes é apresentada justamente dessa forma. Seu nome chegou à chapa encabeçada por Bruno Covas em 2020 como uma escolha estratégica dentro da articulação entre PSDB e MDB. O vice, muitas vezes visto como uma figura secundária, tornou-se, pouco tempo depois, prefeito de uma cidade com cerca de 12 milhões de habitantes, após a morte de Covas em 2021.

A metáfora do "azarão" acompanha boa parte dessa caminhada. Não porque tenha surgido do acaso, mas porque sua ascensão ocorreu sem o protagonismo normalmente associado aos grandes nomes da política paulistana. De vereador identificado com uma região específica da cidade, passou a administrar a maior capital da América Latina, superando figuras de maior reconhecimento público ao longo desse processo.

Antes de ocupar cargos no Executivo municipal, Ricardo Nunes construiu uma trajetória política e empresarial paralelas. Criado na periferia da zona sul de São Paulo, filiou-se ao PMDB (atual MDB) aos 18 anos. Sua primeira tentativa de disputar uma eleição ocorreu aos 24 anos, quando concorreu ao cargo de vereador, mas não conseguiu ser eleito.

Após a derrota, direcionou seus esforços para o setor privado. Fundou o jornal Hora da Ação e a empresa de mídia Paulistana. Seu principal empreendimento, entretanto, tornou-se a Nikkey, empresa de controle de pragas criada em 1997. O negócio expandiu suas operações até se tornar uma das maiores empresas do segmento no Brasil, mantendo contratos em grandes portos e aeroportos. Foi somente anos depois que retornou à disputa eleitoral. ▸



Foto: Vitor Mendes Stafusa na Unsplash

Um vereador de atuação regional

A eleição para vereador veio em 2012, com aproximadamente 30 mil votos. Na Câmara Municipal, sua atuação ganhou destaque principalmente dentro da bancada religiosa de orientação católica – igreja do qual é bastante vinculado. Em 2015, tornou-se uma das vozes contrárias às discussões sobre pautas de gênero nas escolas. Também apareceu como coautor do projeto conhecido como "Escola sem Partido". Ainda assim, sua atuação política não permaneceu restrita a um único campo ideológico nas relações institucionais.

Isso por que, para se fortalecer politicamente, precisou integrar a base de apoio da gestão do então prefeito Fernando Haddad (PT) – chegando a presidir uma CPI que investigou corrupção no Teatro Municipal da capital, e posteriormente, manteve alinhamento com a administração de João Doria (PSDB) – para onde foi se associar.

A projeção pública começou a aumentar em 2018, quando presidiu a polêmica Comissão Parlamentar de Inquérito da Sonegação Tributária, voltada à investigação de sonegação de impostos. Foi aí que o espírito azarão voltou a lhe rondar.

Os trabalhos no Legislativo municipal foram de embate com empresários e banqueiros. A CPI investigava possíveis fraudes e sonegações fiscais de empresas de leasing, factoring e franchising com atuação na cidade de São Paulo, mas que possuíam CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) registrado em municípios que oferecem vantagens tributárias em relação à capital, no caso, cobrança menor de ISS (Imposto Sobre Serviços).

Em uma das oitivas, onde vários empresários negavam as irregularidades, pegou alguns 'no pulo' ao ler o que o cartão de visitas deles indicavam como endereço das empresas – cidades do entorno da capital. A cena entrou para os anais da Casa de Leis.

O relatório final da CPI pediu o indiciamento de cerca de 100 diretores e executivos das financeiras investigadas. "A cidade de São Paulo perdeu bilhões de reais, e isso deixou de ir para a saúde, saneamento, educação, asfalto, entre outros. É muito pior esse tipo de crime do que alguns outros, porque quando você rouba bilhões da população de São Paulo, você está roubando o futuro, a esperança das pessoas", criticou Nunes na época.

Vários acordos foram firmados com as empresas e foi recuperado um montante de mais de R$ 1,2 bilhão pelos bancos que finalmente mudaram de endereço no CNPJ e oficializaram a capital como sede das mesmas.

O vice que poucos conheciam

Na eleição municipal de 2020, Ricardo Nunes voltou a aparecer como um nome pouco conhecido para grande parte do eleitorado paulistano. Sua indicação para compor a chapa de Bruno Covas ocorreu dentro de uma articulação envolvendo PSDB e MDB.

A escolha buscava atrair o eleitorado conservador e estabelecer um contraponto ao perfil político do então prefeito. Se a vice-prefeitura costuma ser comparada a um banco de reservas da política, naquele contexto o reserva acabou sendo chamado para decidir a partida muito antes do apito final.

Com a morte de Bruno Covas, em 2021, Ricardo Nunes assumiu a Prefeitura de São Paulo sendo praticamente desconhecido por grande parte da população. Assumir a administração da maior cidade brasileira representava apenas parte do desafio, isso por que foi preciso transformar um prefeito pouco conhecido em uma liderança eleitoral competitiva. Anos depois, já na eleição passada de 2024, ele precisou ampliar sua rede de apoios políticos.

A construção de uma coligação formada por 12 partidos garantiu maior tempo de exposição na propaganda eleitoral de rádio e televisão. Entre os apoios mencionados está o de Gilberto Kassab, personagem de peso na política paulista. Outro movimento envolveu a aproximação com lideranças do campo conservador e extrema-direita. Ricardo Nunes conquistou o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro e do governador Tarcísio de Freitas durante a disputa pela reeleição.

Inicialmente, ele até evitava dividir o palanque com Bolsonaro para não afastar eleitores moderados, mas alterou essa estratégia diante do crescimento de Pablo Marçal. O prefeito adotou um discurso mais agressivo como forma de conter a perda de espaço político à direita.

O azarão que virou protagonista

A busca pela reeleição também esteve associada às ações desenvolvidas durante o mandato. Entre elas, investimentos em obras de infraestrutura, como o recapeamento de vias, além da continuidade das campanhas de comunicação voltadas para ampliar o conhecimento da população sobre o prefeito. No conjunto de iniciativas da gestão, fez a implementação do passe livre nos ônibus municipais aos domingos, medida apontada como de apelo popular direto até mesmo dentro da esquerda.

A soma entre obras, exposição eleitoral, alianças partidárias e apoios políticos virou o cavalo de Tróia para fortalecer sua candidatura à reeleição. Essas estratégias permitiram que Nunes ganhasse espaço nas pesquisas de opinião e passasse a figurar como favorito em cenários de confronto direto contra seus principais adversários.

Poucos percursos políticos seguem uma linha reta. No caso de Ricardo Nunes, essa sucessão de movimentos transformaram um vereador até então nichado em chefe do Executivo da maior cidade brasileira. Da primeira derrota eleitoral ainda na juventude ao comando da Prefeitura de São Paulo, a trajetória foi construída por circunstâncias que alteraram completamente o cenário da sucessão municipal. ▸





Foto: John Michael Wilyat na Unsplash

O primeiro turno em 2024 foi assim: Nunes com 1,8 milhão de votos, frente aos 1,7 milhão de votos de Guilherme Boulos (PSOL), pouquíssimo a mais que Pablo Marçal, do PRTB. E vamos para o segundo turno. Nunes arrancou velocidade e chegou aos 3,3 milhões de votos, contra os 2,3 milhões do adversário da esquerda, num segundo turno com mais de 6,2 milhões de votos, sendo 5,7 milhões válidos. Um número chama a atenção: 2,9 milhões de pessoas de abstiveram.

Na política, o azarão costuma ser aquele de quem pouco se espera. Às vezes, porém, é justamente ele quem permanece na disputa até o último capítulo. Neste caso, para ele teve um final feliz, vencendo essa guerra política, para a tristeza dos adversários e da oposição que cada vez mais tem feito barulho na Câmara Municipal.

São Paulo em números: a força econômica convive com desafios históricos

Maior cidade do Brasil e classificada como uma Grande Metrópole Nacional, São Paulo reúne alguns dos principais indicadores econômicos do país. A capital paulista concentra o maior contingente de trabalhadores formais, lidera os rankings nacionais de receitas e despesas públicas e mantém um dos maiores níveis de desenvolvimento humano entre os municípios brasileiros.

Ao mesmo tempo, os dados oficiais revelam desafios persistentes nas áreas de educação, infraestrutura urbana e vulnerabilidade social. Segundo os indicadores levantados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população paulistana registrada no Censo de 2022 foi de 11.451.999 habitantes. As estimativas para 2025 apontam crescimento para 11.904.961 moradores, consolidando São Paulo como o município mais populoso do país.

A elevada concentração populacional também se reflete na densidade demográfica. Em 2022, a cidade registrou 7.528,26 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando a primeira posição no estado e a décima colocação no Brasil. A composição demográfica inclui ainda 19.783 indígenas e 739 pessoas quilombolas.

O peso econômico da capital aparece em praticamente todos os indicadores. Em 2023, o PIB per capita alcançou R$ 93.156,23, colocando São Paulo na 323ª posição entre os municípios brasileiros e na 67ª colocação estadual.

No mercado de trabalho formal, a cidade contabilizou 6.711.684 pessoas empregadas, o maior número do país, com salário médio equivalente a 4,1 salários mínimos. Esse rendimento posiciona o município em 19º lugar no ranking nacional, em 9º no Estado e na liderança entre os municípios da região geográfica imediata.

As finanças públicas também refletem a dimensão da economia paulistana. Em 2024, as receitas brutas realizadas somaram aproximadamente R$ 109,7 bilhões, enquanto as despesas empenhadas atingiram cerca de R$ 123,9 bilhões.

Em ambos os indicadores, São Paulo ocupa a primeira colocação nacional e estadual. Outro dado evidencia sua capacidade de arrecadação: apenas 27% das receitas correntes dependem de transferências externas, percentual que coloca o município entre aqueles com menor dependência desses recursos no país.

Os indicadores sociais apresentam resultados positivos em diferentes frentes. Na saúde, a taxa de mortalida-

de infantil chegou a 10,99 óbitos por mil nascidos vivos em 2023. A rede pública de saúde conta com cerca de 700 estabelecimentos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Na educação, a estrutura da rede é ampla. Em 2025, São Paulo contabilizava 1.334.975 matrículas no ensino fundamental e 401.697 no ensino médio. A cidade possuía até o ano passado 2.967 escolas de ensino fundamental e 1.334 de ensino médio, atendidas por 70.274 docentes na primeira etapa e 26.123 na segunda. A taxa de escolarização entre crianças de 6 a 14 anos atingiu 97,72% em 2022.

Entretanto, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mostram desempenho intermediário. Em 2023, a rede pública registrou nota 5,9 nos anos iniciais do ensino fundamental e 4,8 nos anos finais. Os índices colocam São Paulo na 543ª e 541ª posições, respectivamente, entre os municípios paulistas, além da 2.578ª e 2.567ª colocações no ranking nacional. Na região geográfica imediata, a capital ocupa a 32ª posição em ambas as etapas.

Na segurança, a cidade de São Paulo registrou os menores índices criminais da história no primeiro quadrimestre de 2026. Latrocínio, roubos em geral, de carro e de carga atingiram o menor patamar na capital, desde quando os dados são compilados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado de São Paulo, que teve início em 2001.

Conforme os dados divulgados pela SSP, o número de latrocínios caiu de 16 ocorrências para apenas 10, se compararmos o mesmo período em 2025. O número representa queda de 37,5%. Já os casos de homicídio doloso recuaram de 178, no primeiro quadrimestre de 2025, para 161, o que apresenta recuo de 9,55%.

Ainda na comparação dos quatro primeiros meses, o número de estupros também apresentou redução em 2026. Neste ano, nos primeiros quatro meses foram registrados 276 ocorrências dessa natureza, 12 a menos do que no mesmo período de 2025, quando ocorreram 292 casos. O número representa queda de 5,48%.

Já nos crimes contra o patrimônio, as quedas nos índices foram ainda mais acentuadas. O número de roubos de veículos, por exemplo, apresentou redução de 35,3% no quadrimestre. Foram 2.323 ocorrências neste ano, ante 3.606 crimes desta natureza em 2025. Se avaliamos abril de 2026 contra o mesmo mês em 2025, o recuo é de 32.56%.

Entre janeiro e abril, foram 30.378 ocorrências de roubos em geral registradas, ante 35.177 no mesmo período em 2025, o que representa redução de 13,6%. Somente em abril a queda foi de 11,4%, passando de 8.421 para 7.459 registros.

A infraestrutura urbana apresenta avanços importantes, mas ainda revela diferenças no território. Em 2022, 94,67% dos domicílios possuíam esgotamento sanitário adequado, enquanto 68,22% das vias eram arborizadas. No trânsito, um gargalo sem para onde mais ir, o número de mortes em 2025 foi de 475 vítimas, somente com acidentes de motocicletas.

O conjunto dos indicadores mostra uma metrópole de enorme capacidade econômica e influência nacional, sustentada por um mercado de trabalho robusto e elevada arrecadação. Ao mesmo tempo, os dados evidenciam que desafios relacionados à educação, à infraestrutura urbana e às condições de vulnerabilidade continuam fazendo parte da realidade da maior cidade brasileira.

Da pandemia à Educação

Fernando Padula, atual secretário municipal de Educação, conheceu Ricardo Nunes durante o processo eleitoral de 2020, quando ainda integrava a chapa de Bruno Covas. O contato tornou-se mais frequente a partir de janeiro de 2021, já na gestão municipal, em meio às reuniões do comitê executivo criado para acompanhar a pandemia de Covid-19.

Foi nesse ambiente, segundo o secretário, que ocorreu a primeira parceria entre os dois, quando o então vice-prefeito defendeu a convocação de aprovados no concurso para Assistentes Técnicos de Educação (ATEs). Padula afirma que a experiência de Nunes como vereador e seu conhecimento da região sul contribuíram para reforçar a necessidade dessas contratações. ▸





RETRATO DE SÃO PAULO EM NÚMEROS

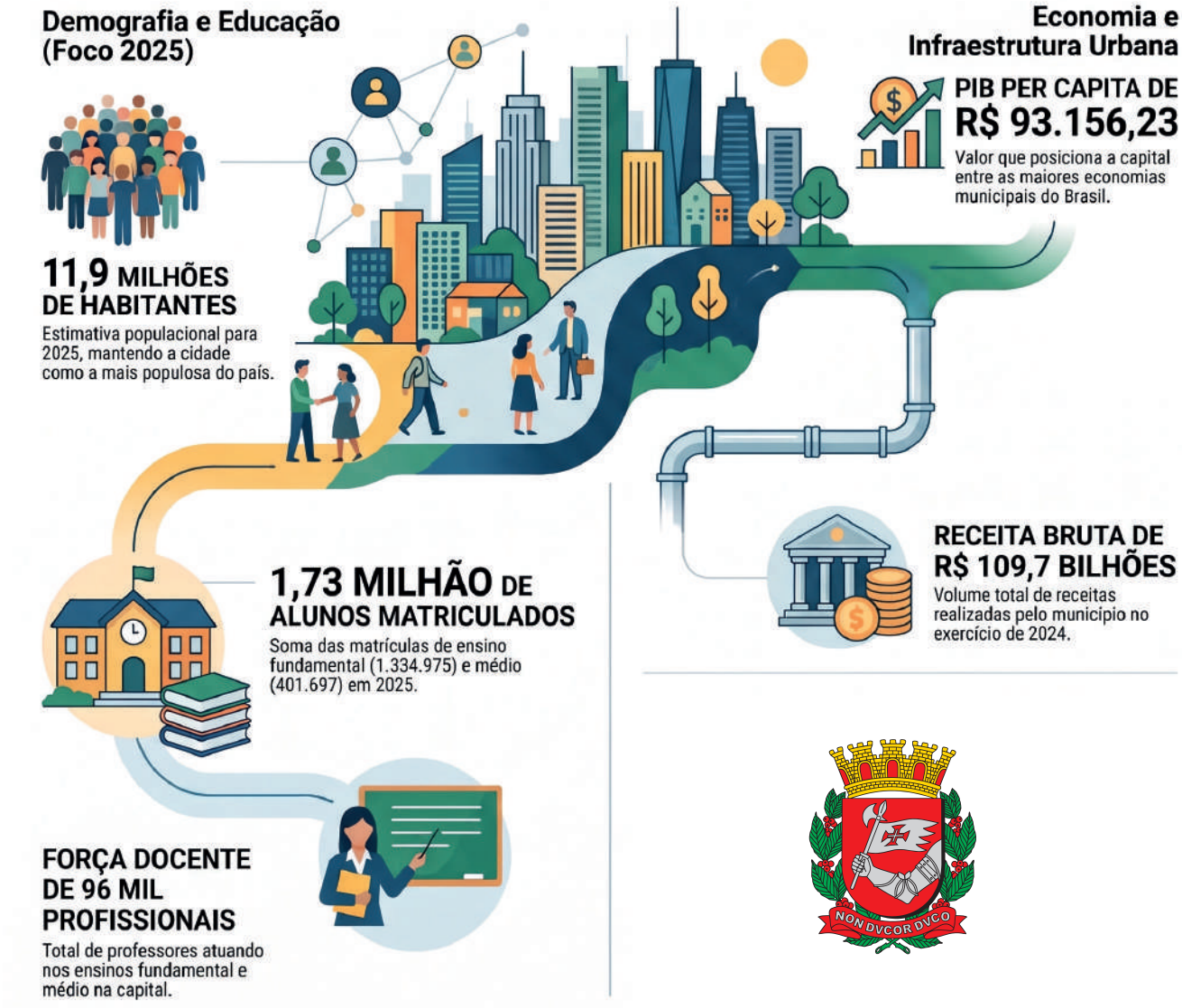






Foto: Christian Felix Möller Somers

O secretário destaca características que, em sua avaliação, marcaram o trabalho da administração desde o início do mandato. Para ele, Nunes carrega compromisso com a população mais vulnerável por ter vivido essa realidade. "Ele veio da periferia e sentiu essa dor", afirma. Padula diz que essa experiência se reflete em uma cobrança constante sobre a equipe, sintetizada em uma frase repetida pelo prefeito: "Acordem todo dia e pensem o que vocês podem fazer para melhorar a qualidade de vida das pessoas".

Segundo Padula, essa orientação se tornou uma marca da gestão e passou a integrar, após a reeleição de 2024, o próprio termo de posse dos secretários. Na sua avaliação, Nunes também se destaca por ouvir os auxiliares, compreender o funcionamento do orçamento público e manter uma rotina intensa de trabalho. "Ele ouve todo mundo, dá atenção, não tem pressa".

Na Educação, Padula afirma que a prioridade da gestão está concentrada em três eixos: alfabetização, aprendizagem da matemática e garantia do direito de aprender. Para alcançar esses objetivos, a pasta ampliou o rigor dos concursos públicos para professores. O secretário também aponta mudanças estruturais na rede municipal. Entre elas, destaca a manutenção da fila de creches zerada, que, segundo ele, passou a ser eliminada a cada bimestre desde 2023 – fato corroborado pelo prefeito.

O QUE DIZ NUNES

A PontoGov entrevistou o prefeito Ricardo Nunes sobre os desafios de governar para 12 milhões de habitantes, incluindo eleitores e não eleitores.

O senhor chegou ao comando da Prefeitura sem ser um dos nomes mais conhecidos da cidade. O que explica essa trajetória rápida e o sucesso de ter 'quebrado a barreira' com o eleitorado?

Meu histórico de vida, eu presidi a Associação Empresarial da Zona Sul, tive uma excelente avaliação. Depois, como vereador eleito em 2012, fui um dos mais atuantes da Câmara Municipal, inclusive com esse reconhecimento pela Folha de SP/Datafolha. Os projetos de lei que apresentei, a CPI que presidi da Sonegação Tributária que trouxe, em 2019, R$ 1,2 bilhão de recursos para a cidade, fora os que acabaram vindo para São Paulo nos anos seguintes, até hoje. Eu creio que muito do meu comportamento de ser alguém que sempre se dedicou ao trabalho. Comecei minha empresa muito pequena e deu certo, esse histórico de vida empresarial e pessoal, de alguém que veio da periferia e conseguiu empreender nesta cidade e ter sucesso. ▸

A presidência da CPI da Sonegação Tributária foi um divisor de águas na sua carreira. Aquele episódio mudou sua imagem política? O que considera o principal legado daquela investigação?

A gente conseguiu, nesta CPI, desvendar, uma série de crimes tributários cometidos contra a Prefeitura de São Paulo. No nosso relatório pedimos o indiciamento de 99 diretores dos grandes bancos do Brasil. Demonstrou-se uma ação muito contundente para levantar todas essas questões, mas também algo fundamental que é a defesa intransigente aos interesses da cidade. Antes disso, já havia sido relator da CPI do Teatro Municipal, na época do Haddad, onde conseguimos desvendar todo aquele roubo e atos de corrupção. Fui relator do Orçamento Municipal várias vezes ao longo dos oito anos de mandato de vereador. Foi um conjunto de ações, mas essa CPI da Sonegação Tributária, por envolver instituições financeiras, e o resultado que obtivemos, deu uma repercussão muito grande na imprensa, o que ajudou para que meu nome fosse visto de forma mais ampla pela sociedade paulistana.

Ao assumir a Prefeitura após a morte de Bruno Covas, o desafio era governar uma cidade de quase 12 milhões de habitantes sendo pouco conhecido pela população. Qual foi sua prioridade naquele momento para conquistar credibilidade?

Naquele momento, em maio de 2021, estávamos no pico da pandemia da Covid-19. Era necessário atravessar aquele período muito difícil, e tivemos sucesso. São Paulo foi eleita a capital que mais vacinou no mundo, não faltou leito para ninguém, todas as famílias puderam enterrar seus entes queridos com dignidade, diferente do que a gente viu em muitas cidades do mundo todo. Fizemos um grande programa de amparo social, de distribuição de alimentos, acolhimento. Não faltou oxigênio, passamos este momento dificílimo numa cidade de 12 milhões de habitantes de uma forma, pela equipe toda, que podemos dizer que foi com dignidade. A grande questão era fazer a recuperação econômica de São Paulo, que sofreu muito com o fechamento de empresas e perda de empregos. Retomar a economia foi onde eu me aprofundei e tornamos a capital com recorde de investimentos. Antes de 2021 a média de investimento era de R$ 4 bilhões, no meu governo passou para R$ 16 bilhões/ano. Quadriplicamos. Temos o menor índice de desemprego da série histórica, 99 mil empresas vieram para São Paulo desde 2021. Isso possibilitou uma arrecadação de R$ 5 bilhões para a cidade. Foi muito trabalho, colocamos São Paulo num patamar muito importante. Ganhamos no Guiness reconhecimento do maior programa municipal de segurança alimentar do mundo. Conseguimos fazer a cidade se elevar.

São Paulo lidera indicadores econômicos nacionais, como geração de empregos e arrecadação, mas ainda enfrenta desafios em áreas como vulnerabilidade social. Qual considera ser hoje o principal desafio da cidade?

Uma capital deste tamanho são muitos os desafios, mas estamos fazendo os maiores programas habitacional, de recapeamento e ampliação de equipamentos de saúde da história da cidade, mas temos um problema contínuo que todo os dias vem gente de todos cantos do Brasil e do mundo, e acabam indo para as ruas. Tínhamos 8 mil vagas para as pessoas em situação de rua, hoje temos 24 mil vagas. São 21 mil pessoas acolhidas. É um desafio diário, quanto mais a cidade se destaca, mais as pessoas vulneráveis procuram. Só no ano passado, foram 6.500 mil imigrantes de outros países que vieram para cá e fizemos acolhimento. De Angola foram 2.500 pessoas. É uma cidade acolhedora, mas de certa forma esse título traz um outro desafio, que é poder fazer esse acolhimento e gerar oportunidades. Do ponto de obras e infraestruturas, estamos batendo recordes. Hoje temos uma cidade com vaga de creche para todas as crianças. Avançamos muito na Educação e Saúde, temos muitos motivos para comemorar.

Sua gestão enfrenta críticas e uma oposição bastante ativa, especialmente na Câmara Municipal. Como o senhor encara esse embate político? A oposição contribui para aperfeiçoar a gestão ou, em alguns momentos, dificulta a administração da cidade?

*Temos dois tipos de oposição na Câmara de São Paulo. Uma oposição responsável, que ajuda e dá sua contribuição, mas temos uma oposição irresponsável que é a do Psol. Por exemplo, o projeto que enviei para criarmos as vilas para acolhimento de pessoas em situação de rua, o projeto para criar o armazém solidário com até 50% de desconto para famílias vulneráveis, eles votaram contra. Vários projetos sociais que tenho enviado, mesmo sendo importante e relevantes, votam contra por uma posição de absoluto radicalismo. São contra tudo e não aceitam nada que seja bom para a cidade em detrimento de uma ideologia radical. Mas tem aqueles que fazem oposição, de outros partidos, e sempre nos mantém em alerta para podermos melhorar. [*Nota da PontoGov: a liderança do Psol, vereadora Amanda Paschoal, foi convidada a se manifestar nesta edição, no entanto não retornou aos contatos da reportagem]*

Depois de uma trajetória que passou pela Câmara Municipal, pela vice-prefeitura e culminou na reeleição como prefeito da maior cidade do país, qual legado o senhor espera deixar para São Paulo ao fim deste mandato?

Eu não tenho dúvida nenhuma que vamos entregar uma cidade muito melhor que a gente pegou. O grande legado é deixar o município com capacidade de investimento, com oportunidade para as pessoas e que jovens que estejam estudando tenham oportunidades para poder empreender ou ser empregados. Vai ser o meu maior legado uma capital com muito menos alagamentos, com déficit habitacional muito menor, e com saúde e educação melhores, mas principalmente com uma ação que vai gerar para as pessoas oportunidades para elas poderem se desenvolver e crescer na vida. ■

Foto: Renan na Unsplash





Coluna: Terra Brasilis

Adinan Ortolan

SUPLENTE

O diretor licenciado da AMPPESP, Fernando Fiori, que já ocupou a presidência da entidade e foi prefeito de Holambra, emplacou a candidatura para primeiro suplente na chapa do presidente da ALESP André do Prado (PL).

SUPLENTE II

Outro diretor da AMPPESP, o ex-prefeito de Araraquara Marcelo Barbieri, estava sendo cotado para ser primeiro suplente da candidatura de Simone Tebet, mas foi preterido pois o PT exigiu a vaga. Até o fechamento da edição, ele estava no páreo para ser segundo suplente.

SENADOR DE SP

Os atuais senadores de SP estão tendo uma atuação discreta no cenário político nacional. Ao contrário do passado, quando figuras como Auro Moura Andrade, Franco Montoro, José Serra, Fernando Henrique, Mario Covas, Eduardo e Marta Suplicy e Aloísio Mercadante, entre tantos outros, estavam no centro das articulações políticas, os atuais ocupantes não conseguiram se destacar.

SEM REELEIÇÃO

O termômetro disso é que nenhum dos dois senadores que encerram seus mandatos agora vai tentar novo mandato na Câmara alta. Mara Gabrilli é candidata a deputada estadual e Giordano não é candidato a nada.

PEC 66

Finalmente o Governo Federal regulamentou a chamada PEC 66 e abriu a possibilidade dos municípios renegociarem suas dívidas com a União. Através do Decreto 13.080/26, os municípios têm até 09 de Setembro para aderirem ao novo modelo de renegociação das dívidas que vai dar um fôlego financeiro nos municípios.

SITUAÇÃO PREOCUPANTE

O Tribunal de Contas de SP enviou alerta para 573 dos 644 municípios que respondem ao órgão. A cidade de São Paulo tem Tribunal de Contas próprio.

DÉFICIT

Isso significa que 89% dos municípios paulistas estão com déficit financeiro, gastos excessivos com pessoal ou problemas na gestão orçamentária em 2026. Só em junho os municípios brasileiros tiveram um déficit financeiro de R$ 280 milhões.

ATUAÇÃO FIRME

A atuação firme da AMPPESP garantiu a liberação de centenas de convênios de emendas estaduais para a saúde no final de junho para as Prefeituras paulistas. Exigências absurdas e análise extremamente burocratizadas impediam a liberação dessas emendas.

Ainda assim, o problema persiste e os procedimentos precisam ser modernizados.

ANOS-LUZ

Em comparação à administração federal e exemplos de outros Estados, a gestão de convênios do Estado com municípios paulistas está muito atrasada e com procedimentos arcaicos. Isso é crônico de várias gestões.

SEM PAPEL

O sistema pode ser o Sem Papel, mas a ideia ainda é encher de papeis e documentos o sistema.

DOIS EXTREMOS

Essa edição do Ponto Gov traz os dois extremos do Estado: ser prefeito de uma cidade de 12 milhões de pessoas e outra cidade de 932 habitantes. São Paulo e Borá são os destaques dessa edição.



Cinco anos depois, a nova Lei de Licitações ainda desafia os municípios

Especialistas apontam que o principal legado da Lei 14.133 está na mudança de cultura da administração pública, mas adaptação ainda exige capacitação e revisão de procedimentos

Passar cinco anos no papel não significa cinco anos na prática. É essa a primeira distinção que salta aos olhos quando se avalia a trajetória da Lei 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas, que substituiu a antiga Lei 8.666/93 e trouxe uma reformulação profunda na forma como o poder público compra bens, contrata serviços e executa obras no Brasil.

A norma foi publicada em 1º de abril de 2021, mas conviveu por quase três anos com a legislação anterior: durante o chamado período de transição, gestores podiam optar por seguir as regras antigas ou já adotar as novas. Esse prazo, que deveria terminar em março de 2023, acabou sendo prorrogado até dezembro daquele ano. Na prática, portanto, a lei só passou a valer de forma obrigatória e universal a partir de 2024, o que significa que municípios, estados e órgãos federais têm, hoje, pouco mais de dois anos de aplicação efetiva e cotidiana do novo marco.



A nova legislação alterou a lógica das contratações públicas, incorporando princípios como planejamento, governança, transparência, eficiência, gestão de riscos e uso preferencial de meios eletrônicos, exigindo que os processos deixem de ser apenas burocráticos para se tornarem instrumentos de gestão.

Segundo Marcelo Palavéri, advogado especializado em Direito Administrativo e presidente do Instituto Paulista de Gestão Municipal (IPGM), a principal transformação promovida pela lei está justamente nessa mudança de perspectiva. “Os principais avanços estão vinculados à governança e à gestão das licitações e dos contratos administrativos. Entendo que todo o texto legal concentra nesses dois aspectos as principais modificações.”

Essa visão está refletida no próprio texto da lei. Entre seus fundamentos estão a responsabilidade da alta administração pela governança das contratações, a implementação de controles internos e a necessidade de alinhar as compras públicas ao planejamento estratégico e ao orçamento do órgão. O planejamento também ganhou protagonismo com a definição de uma fase preparatória mais estruturada, incluindo estudos técnicos preliminares, análise de riscos e justificativas detalhadas para cada contratação.

Mudança de cultura

Na avaliação do especialista, a principal dificuldade enfrentada pelos municípios não está na interpretação literal da norma, mas na necessidade de rever práticas consolidadas durante décadas. “Os municípios têm grande dificuldade estrutural de adaptação e ainda hoje estão sofrendo para mudar paradigmas, procedimentos, métodos e forma de agir.”

Essa mudança envolve desde a organização das equipes até a elaboração de planejamentos anuais de contratação, estudos técnicos, gestão contratual e avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos.



Planejamento antes da licitação

Uma das marcas da Lei nº 14.133 é o fortalecimento da fase preparatória das contratações. Se anteriormente grande parte das atenções estava concentrada na disputa entre fornecedores, a nova legislação desloca o foco para aquilo que acontece antes da publicação do edital.

Entre as exigências estão o estudo técnico preliminar, a definição da necessidade da contratação, a pesquisa de preços, a análise de riscos e o planejamento das futuras aquisições, medidas que buscam reduzir improvisações e aumentar a eficiência do gasto público.

Para Palavéri, alguns dispositivos sintetizam essa nova lógica. "Destaco que talvez o artigo 11 seja o grande precursor de toda a mudança de paradigma, que seja o grande impulsionador da nova forma de conduzir os procedimentos, ao determinar a necessidade de governança. Depois, me parece que a lei vai sendo construída com esse viés. Daí destaco o artigo 18 que detalha e esmiuça o procedimento interno, com muito mais rigor e segurança que a legislação passada. Na sequência, muitos outros dispositivos seguem na mesma linha, e muito me agrada também, para não citar muitos, a forma como a lei trata a extinção e nulidade dos contratos (arts.137 e 147, dentre outros), com o redobrado cuidado de privilegiar o interesse público no momento de averiguar eventual irregularidade licitatória ou contratual."

Interpretações ainda em construção

Cinco anos após sua publicação, a legislação continua sendo objeto de debates entre gestores, advogados, tribunais de contas e órgãos de controle. Segundo Palavéri, esse é um processo natural em normas de grande abrangência. "Tenho estudado a lei e todos os dias surgem entendimentos novos, leituras diferentes dos preceitos e novas decisões dos tribunais que vão, com o tempo, consolidando e sedimentando posições."

Nesse processo, decisões do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo têm servido como referência para orientar gestores públicos e reduzir as incertezas na aplicação da norma. "Também a AMPPESP, com seus eventos, encontros e com sua consultoria tem apoiado os municípios paulistas nessa atribulada tarefa de melhor aplicar a lei. Inclusive temos hoje no @ggmpodcast que apresento e é apoiado pela AMPPESP, um quadro destinado a esclarecer julgamentos do TCESP, o TCESP em destaque."

Capacitação permanente

Se existe um consenso entre especialistas, ele está na necessidade de investir na formação dos servidores responsáveis pelas contratações públicas. Na avaliação de Palavéri, não há solução rápida para consolidar a nova cultura administrativa proposta pela lei. "Não tem outra forma: apenas capacitando as equipes será possível atender ao que determina a Lei 14.133. Ao capacitar, as equipes terão condições de entender as normatizações, adaptar as regras locais e os procedimentos, e passar a seguir as normas."

O especialista faz um alerta aos gestores que acreditam que a simples leitura da legislação é suficiente para garantir sua correta aplicação. "Muitos gestores e municípios acreditam que já sabem e conhecem as mudanças, e com isso se arvoraram a aplicá-las sem grandes reflexões. Nesse momento, isso é o maior erro", avalia. ■



Para o advogado Marcelo Palavéri, a principal mudança promovida pela lei não está em um procedimento específico, mas na forma de administrar as licitações

O HOMEM DO GOVERNA

Após construir carreira no Espírito Santo e assumir a presidência do Republicanos em São Paulo, Roberto Carneiro chega ao comando da Secretaria de Governo e Relações Institucionais com a missão de manter a ponte entre o Palácio dos Bandeirantes e os 645 municípios paulistas

Poucos cargos no Governo de São Paulo exigem tanta capacidade de articulação quanto a Secretaria de Governo e Relações Institucionais. É nela que desembocam as demandas dos prefeitos, a negociação de convênios, a tramitação de emendas parlamentares e boa parte do relacionamento político entre o Palácio dos Bandeirantes e os municípios.

Desde a saída de Gilberto Kassab da pasta, a missão passou a ser de Roberto Carneiro. Embora esteja há pouco tempo na administração paulista, ele assumiu uma das funções mais estratégicas do governo estadual justamente quando as administrações municipais cobram maior agilidade na liberação de recursos e enfrentam dificuldades para manter investimentos.

Quem convive com o novo secretário afirma que sua principal característica é a capacidade de construir consensos. O vereador de Limeira Pastor Nilton Santos (Republicanos) resume a impressão deixada por Roberto Carneiro desde que chegou à política paulista. "Como gestor, Roberto Carneiro é um visionário, se destaca pela sua capacidade de entender o que está acontecendo e age sempre com profissionalismo e justiça."

Segundo ele, essa forma de atuação também explica a facilidade com que o secretário se relaciona com as administrações municipais. "Ele tem o respeito e consideração dos prefeitos que compõem nosso estado e isso facilita muito o trabalho do governador."

Da política capixaba ao Palácio dos Bandeirantes

Antes de chegar ao Governo de São Paulo, Roberto Carneiro construiu praticamente toda sua carreira pública no Espírito Santo. Atuou como secretário-chefe da Casa Civil do governo estadual com passagem também pela Secretaria de Esportes e Lazer do Estado. Comandou a Secretaria de Governo e Comunicação da Prefeitura de Vitória e, em Vila Velha, atuou nas áreas de Governo e Desenvolvimento Econômico. Foi diretor-geral da Assembleia Legislativa capixaba e presidiu o Republicanos naquele estado.

Em 2023, assumiu a presidência do Republicanos em São Paulo. A mudança ampliou sua atuação política e aproximou seu nome das lideranças municipais paulistas, experiência que antecedeu o convite para integrar o governo estadual.

Para o deputado estadual Gilmaci Santos (Republicanos), primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa, ter Carneiro como presidente do partido em São Paulo "foi uma grata surpresa". "O que ele apresentou, o que ele tem feito, não só para o partido, mas agora também no Governo do estado, é algo fantástico. No partido ele deu uma guinada, com uma gestão eficiente, qualificada, de quem sabe o que está fazendo", acrescenta.

Segundo o deputado, o trabalho desenvolvido por Carneiro já é percebido entre as lideranças políticas do Estado. "Dentro do Governo do Estado ele também tem tido uma excelente atuação em relação às articulações com os municípios. Nós só temos ouvido elogios por onde andamos, sobre a atuação do Carneiro e a aproximação que ele proporciona entre os municípios e o Estado. Roberto Carneiro é um grande gestor, um excelente articulador, uma das melhores parcerias que aconteceram para o governador Tarcísio de Freitas."

DOR

Toda a trajetória de Carneiro permitiu que sua atuação seja ainda mais completa, proporcionando uma visão bastante completa sobre a articulação institucional. Segundo o próprio secretário, "essa combinação de experiências, somada à minha formação em Gestão, Empreendedorismo e Marketing e ao MBA em Políticas Públicas e Gestão Governamental que curso atualmente pela FGV, é o que aplico hoje à frente da Secretaria de Governo e Relações Institucionais de São Paulo: uma visão prática e institucional de como aproximar o Estado dos municípios paulistas". ▸



À frente da Secretaria de Governo e Relações Institucionais, Roberto Carneiro coordena a articulação entre o Palácio dos Bandeirantes, a Assembleia Legislativa e as prefeituras paulistas

Um nome construído no diálogo

O prefeito de Águas de São Pedro, João Victor Barboza (PL), acompanhou a chegada de Roberto Carneiro ao Estado e afirma que sua experiência administrativa foi determinante para a rápida adaptação ao cenário paulista. “A chegada de Roberto Carneiro ao Governo do estado de São Paulo foi, para mim, uma grata surpresa e, ao mesmo tempo, uma escolha muito acertada para o fortalecimento da gestão do governador Tarcísio de Freitas.”

Para o prefeito, a atuação anterior de Carneiro em diferentes esferas de governo lhe deu conhecimento sobre a realidade dos municípios e capacidade de articulação política. “Roberto Carneiro é um gestor experiente, acessível, agregador e um exímio articulador político. É alguém que conhece a administração pública, entende o ambiente partidário e sabe que a boa política se constrói com diálogo, confiança, presença e capacidade de dar continuidade aos assuntos apresentados.”

Na avaliação de João Victor Barboza, a principal contribuição do secretário está na aproximação entre o Governo do Estado e as administrações municipais. “Na minha opinião, a principal contribuição de Roberto Carneiro é o fortalecimento da ponte entre o Governo do Estado e os municípios paulistas. Sua atuação ajudou a tornar esse relacionamento ainda mais próximo, organizado, ágil e eficiente”, destaca.

“Ter o Roberto Carneiro como presidente do Republicanos aqui no estado de São Paulo foi uma grata surpresa. O que ele apresentou, o que ele tem feito, não só para o partido, mas agora também no Governo do Estado, é algo fantástico. No partido ele deu uma guinada, com uma gestão eficiente, qualificada, de quem sabe o que está fazendo.” - Deputado estadual Gilmaci Santos

O desafio de suceder Kassab

Ao assumir a Secretaria de Governo e Relações Institucionais, Roberto Carneiro encontrou uma estrutura estabelecida, responsável por acompanhar milhares de convênios e manter o relacionamento institucional com os municípios paulistas.

Segundo o secretário, o objetivo é preservar esse trabalho e aperfeiçoar os processos internos. “Assumimos a Secretaria de Governo e Relações Institucionais dando continuidade a um trabalho já consolidado de aproximação entre o Estado e os municípios paulistas. A prioridade tem sido manter esse diálogo aberto e, ao mesmo tempo, aprimorar processos internos, buscando ainda mais agilidade na análise de convênios e emendas, para que os recursos cheguem com a maior rapidez possível às prefeituras. É um trabalho de aperfeiçoamento contínuo.”



Roberto Carneiro sucedeu Gilberto Kassab no comando da Secretaria de Governo e Relações Institucionais, uma das áreas estratégicas da administração estadual
Crédito: Gabriel Pompermayer

Ele afirma que o fortalecimento da interlocução continuará sendo prioridade. “A relação entre o Governo do Estado e os municípios sempre foi uma prioridade desta gestão. Temos reforçado os canais diretos de comunicação, as reuniões regionalizadas e o acompanhamento técnico dos convênios, para que cada prefeito tenha clareza sobre o andamento das demandas de seu município. É uma construção conjunta, que segue evoluindo muito positivamente, graças ao espírito de equipe e de dedicação de todos os envolvidos neste trabalho.”

A missão de aproximar Estado e municípios

O desafio do novo secretário vai além da articulação política. Em um momento em que muitos prefeitos relatam dificuldades orçamentárias, a expectativa é de que a Secretaria de Governo atue para acelerar convênios e investimentos.

Carneiro afirma que esse trabalho já vem sendo desenvolvido. “Sabemos que muitos municípios enfrentam dificuldades orçamentárias, e o Governo do Estado tem se dedicado a garantir que os compromissos já firmados sejam cumpridos. Tanto é que, desde o início da gestão, foram firmados 3.291 convênios para os quais já foram liberados R$ 1,14 bilhão. Se considerarmos os contratos assinados em gestões anteriores e que estamos honrando, teremos mais R$ 2,19 bilhões pagos e o investimento total já alcançou R$ 3,33 bilhões. Esses números mostram que a parceria com as cidades paulistas não está apenas no discurso, mas também na prática. Enfim, seguimos aprimorando os processos de análise técnica de convênios e emendas, para otimizar o uso dos recursos e assegurar que cheguem de forma eficiente às prefeituras.”

Nos próximos meses, segundo ele, a prioridade será manter a execução dos convênios em andamento. “Nos próximos meses, daremos sequência à execução dos convênios já formalizados em diversas áreas, como infraestrutura, saúde e educação, entre outros. Também seguiremos aperfeiçoando os fluxos internos de tramitação de emendas parlamentares, para consolidar um modelo de gestão cada vez mais eficiente na relação com os municípios”, conclui o secretário.

Nos bastidores do Governo do Estado, a expectativa é de que Roberto Carneiro deixe a Secretaria de Governo e Relações Institucionais durante o período eleitoral de 2026 para se dedicar à campanha do governador Tarcísio de Freitas.■

“Roberto não atua somente como uma ligação política. Ele ajuda a fazer com que o diálogo gere encaminhamentos, que esses encaminhamentos tenham continuidade e que, sempre que possível, se transformem em políticas públicas, investimentos e melhorias concretas para a população.” - Prefeito de Águas de São Pedro João Victor Barboza

“Roberto Carneiro é um visionário, se destaca pela sua capacidade de entender o que está acontecendo e age sempre com profissionalismo e justiça!” - Vereador de Limeira Pastor Nilton Santos



O vereador de Limeira, Pastor Nilton Santos, afirma que a capacidade de diálogo e articulação de Roberto Carneiro fortalece a relação entre o Governo do Estado e as administrações municipais



O prefeito de Águas de São Pedro, João Victor Barboza, destaca que a atuação de Roberto Carneiro fortaleceu a interlocução entre o Governo do Estado e os municípios | Crédito: Gabriel Pompermayer



Secretário de Governo e Relações Institucionais, Roberto Carneiro atua ao lado do governador Tarcísio de Freitas na articulação com os 645 municípios paulistas



Pautas-bomba

colocam pressão sobre as contas das prefeituras

Projetos em tramitação no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa ampliam despesas obrigatórias, reduzem receitas e reacendem o debate sobre a sustentabilidade financeira dos municípios

As prefeituras brasileiras acompanham com atenção uma série de projetos em discussão no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas que podem alterar significativamente o equilíbrio das contas públicas municipais. Entre pisos salariais nacionais, mudanças previdenciárias, reforma tributária e isenções fiscais, prefeitos e entidades municipalistas alertam para o avanço das chamadas "pautas-bomba", medidas que ampliam despesas ou reduzem receitas sem indicar fontes de compensação financeira.

O debate ganhou força nos últimos meses com a aprovação de projetos de impacto nacional e também de iniciativas estaduais, como a isenção do IPVA para veículos elétricos em São Paulo. Embora voltadas a diferentes objetivos, as propostas têm em comum a preocupação dos gestores municipais com seus reflexos sobre os orçamentos das cidades.

Para o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, centenas de projetos em tramitação representam risco para as administrações locais. “Centenas de propostas que tramitam no Congresso Nacional podem trazer consequências irreversíveis para os Municípios. Algumas delas tratam de pisos de diversas categorias. Vale reforçar que a CNM não é contra a valorização de qualquer profissional. A questão é que, com essa aprovação, os municípios são obrigados a pagarem salários sem ter recursos para isso, porque o governo federal não faz o devido repasse e, quando esses projetos são aprovados, não fica definido de onde saem esses recursos. São as chamadas pautas-bomba que tendem a avançar no Legislativo em ano eleitoral.”


Foto: Robson Cesco/Agência CNM

Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski alerta que projetos que ampliam despesas ou reduzem receitas sem fonte de custeio comprometem a sustentabilidade fiscal das administrações municipais

Novas obrigações e contas mais apertadas

Segundo a CNM, algumas medidas recentes já produzem efeitos diretos sobre os cofres municipais. Entre elas está a Lei 15.437/2026, que instituiu o piso salarial nacional dos profissionais do magistério da educação básica. De acordo com Paulo Ziulkoski, somente essa medida representa impacto estimado em R$ 8 bilhões para os municípios.

Outra preocupação é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/2021, que trata das regras para contratação e aposentadoria dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE). “Essa matéria só precisa da promulgação pelo Congresso Nacional. A CNM alertou os parlamentares desde o início da tramitação da matéria sobre o impacto de R$ 70 bilhões para os cofres municipais. Mesmo assim, o texto passou na Câmara e no Senado”, observa Ziulkoski. ▸



O prefeito de Corumbataí, João Altarugio, afirma que mudanças na reforma tributária e novas despesas obrigatórias preocupam os municípios

Reflexos nas pequenas cidades

Nos municípios de menor porte, o impacto das mudanças costuma ser ainda mais perceptível. O prefeito de Corumbataí, João Altarugio (PSD), afirma que a proposta relacionada à jornada dos profissionais da enfermagem é hoje a principal preocupação da administração municipal. “Das propostas que representam o maior impacto para o município, a questão da enfermagem é que mais vai impactar a cidade, porque elas ganham por 40 horas e vai diminuir para 36 horas. O grande impacto que vamos enfrentar será esse.”

O prefeito observa que outras propostas também preocupam, especialmente os efeitos da reforma tributária sobre municípios produtores. Segundo Altarugio, a mudança altera a lógica da distribuição do ICMS e tende a reduzir receitas de cidades com forte atividade industrial ou de produção. “Temos um atacadista de grande porte, além de oito mineradoras. Hoje, parte importante da arrecadação do ICMS fica com os municípios onde ocorre a produção. Como produzimos bastante, somos beneficiados por esse modelo. Com a reforma, porém, a arrecadação passará a ser distribuída com base no destino do consumo. Esse é o principal problema que enfrentaremos.”

Custos sem compensação

Na avaliação do prefeito de Corumbataí, o principal problema é que novas obrigações são criadas sem a correspondente transferência de recursos. Ele afirma que a participação dos municípios no financiamento de políticas públicas vem crescendo ao longo dos anos. “Temos uma estatística que mostra que, há cerca de 20 anos, aproximadamente 80% dos custos da saúde eram financiados pelos governos Federal e Estadual. Hoje houve uma inversão: cerca de 60% das despesas ficam a cargo dos municípios, enquanto os outros 40% são divididos entre o Estado e a União. Isso tem um impacto muito grande para nós. O mesmo acontece na educação. Com a municipalização, os municípios assumem cada vez mais responsabilidades, mas os recursos não são repassados de forma integral para custear esses serviços.”

Isenção do IPVA entra no debate

Além das propostas federais, iniciativas estaduais também passaram a integrar a lista de preocupações dos gestores municipais. Recentemente, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou a isenção do IPVA para veículos elétricos. Como metade da arrecadação do imposto pertence aos municípios, a medida poderá reduzir receitas compartilhadas à medida que a frota desse tipo de veículo aumentar.



O prefeito de Tambaú, Leonardo Spiga Real, defende que propostas com impacto sobre as finanças municipais sejam acompanhadas de mecanismos de compensação

O prefeito de Tambaú, Leonardo Spiga Real (Republicanos), considera que o impacto tende a crescer nos próximos anos. "Como o IPVA é um tributo estadual cuja arrecadação é compartilhada com os municípios, a concessão de isenções reduz a receita disponível para ambos. Embora o impacto inicial possa ser limitado devido à pequena participação dos veículos elétricos na frota, ele tende a crescer com a expansão desse mercado, tornando importante discutir formas de compensação financeira para preservar a capacidade de investimento dos entes públicos."

Planejamento sob pressão

Para o prefeito, propostas que criam despesas obrigatórias ou reduzem receitas dificultam o planejamento financeiro das administrações municipais. "As propostas que mais impactam os municípios são aquelas que reduzem a arrecadação própria, criam novas despesas obrigatórias ou ampliam direitos sem indicar a fonte de custeio", esclarece Real.

Segundo ele, as consequências vão além do equilíbrio fiscal. "Essas medidas reduzem a previsibilidade orçamentária e limitam a capacidade de investimento. As prefeituras precisam readequar seus planejamentos, revisar prioridades, contingenciar despesas e, muitas vezes, reduzir investimentos em infraestrutura, educação, saúde e outros serviços para cumprir novas obrigações legais."

O prefeito também defende que os municípios tenham maior participação durante a elaboração dessas propostas. "Em muitos casos, as entidades representativas dos municípios, como associações municipalistas, participam de audiências públicas e apresentam contribuições. No entanto, é frequente a avaliação de que a participação municipal não é suficiente e que diversas propostas avançam sem uma análise aprofundada dos impactos fiscais sobre os governos locais", pondera.

Caminhos para evitar perdas

Entre as alternativas apontadas pelos gestores estão a criação de mecanismos permanentes de compensação financeira, a revisão dos critérios de repartição das receitas e a obrigatoriedade de estudos de impacto fiscal antes da aprovação de medidas que afetem os municípios.

Paulo Ziulkoski afirma que a principal reivindicação da CNM continua sendo a revisão do pacto federativo. "É fundamental uma revisão do Pacto Federativo, bandeira defendida há muito tempo pela CNM. A redistribuição dos recursos com mais assistência aos municípios, que é lá que a vida acontece, é fundamental para o equilíbrio federativo e a manutenção dos serviços essenciais à população", alerta o presidente. ■



Fomenta 2026 amplia programação e aposta na integração entre gestores

Congresso da AMPPESP reunirá prefeitos, parlamentares, especialistas e órgãos de controle em três dias de debates sobre os desafios da administração pública



O Grande Hotel de Águas de São Pedro sediará a edição de 2026 do Fomenta, marcada para os dias 10, 11 e 12 de novembro

A Associação dos Municípios de Médio e Pequeno Porte do Estado de São Paulo (AMPPESP) realiza, entre os dias 10 e 12 de novembro, a edição 2026 do Fomenta, um dos principais encontros voltados à gestão pública municipal no estado. O evento acontecerá no Grande Hotel de Águas de São Pedro e reunirá prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais, parlamentares, representantes de órgãos de controle, especialistas e empresas que atuam junto à administração pública.

Criado para estimular o desenvolvimento dos municípios por meio da troca de experiências e da articulação institucional, o congresso consolidou-se como um espaço de debate sobre os desafios da gestão pública. Desde a primeira edição, realizada em 2021, o Fomenta ampliou sua participação e passou a integrar o calendário do municipalismo paulista. As edições seguintes fortaleceram a proposta e, em 2024 e 2025, o evento registrou crescimento no número de participantes, parceiros institucionais e atividades técnicas. ▸



Neste ano, o congresso será realizado logo após o segundo turno das eleições, cenário que deve ampliar o debate sobre os rumos da administração pública nos próximos anos. A expectativa da organização é reunir prefeitos com deputados estaduais e federais eleitos, senadores e representantes dos governos estadual e federal para discutir as políticas públicas que impactarão os municípios.

Para o presidente da AMPPESP, Adinan Ortolan, esse será um dos diferenciais da edição de 2026. "O Fomenta deste ano vai ser ótimo, pois será a grande oportunidade dos prefeitos conhecerem os deputados e senadores eleitos. Como é um evento que vai acontecer depois do segundo turno das eleições, esperamos ter a presença dos eleitos ou reeleitos do governo do estado, da Assembleia Legislativa, da Câmara dos Deputados e do governo federal, trazendo quais serão as políticas públicas para esses mandatos renovados ou conquistados, com vistas ao fortalecimento dos municípios."

Futuro das cidades

A programação terá como eixo central a discussão sobre o futuro das cidades e os desafios enfrentados pelas administrações municipais em um cenário de novas demandas e restrições orçamentárias.



Segundo o secretário-executivo da AMPPESP, Bruno Oliveira, o objetivo é aproximar os novos representantes dos governos estadual e federal dos prefeitos paulistas. "As prefeituras recebem cada vez mais obrigações, ajudam a cumprir funções que seriam do Estado e da União, mas continuam com a menor fatia da arrecadação. Queremos entender quais são as perspectivas, os objetivos e as políticas de governo desses novos ou contínuos dirigentes do Governo do Estado e do Governo Federal."

Entre os assuntos previstos estão financiamento dos municípios, saúde, educação, segurança pública, mobilidade urbana, cidades inteligentes e meio ambiente. A programação completa ainda está sendo finalizada em função da agenda das autoridades convidadas, mas a organização trabalha para reunir secretários estaduais, representantes do Governo Federal e outras lideranças públicas.

Sala Técnica é novidade

Uma das novidades desta edição será a implantação da Sala Técnica, espaço paralelo ao auditório principal voltado ao aprofundamento de temas específicos da administração pública.

A programação será organizada pelo Instituto Paulista de Gestão Municipal (IPGM), sob coordenação do advogado Marcelo Palavéri, e terá quatro eixos principais: Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), saúde pública, segurança pública e educação. A proposta é transformar os debates apresentados nos painéis principais em discussões técnicas voltadas aos profissionais que atuam diretamente nas prefeituras.▸



Nova estrutura

Outra mudança está na escolha da sede do congresso. Pela primeira vez, o Fomenta será realizado no Grande Hotel Escola Senac de Águas de São Pedro, um dos centros de convenções mais tradicionais do estado.

De acordo com Bruno Oliveira, a mudança busca oferecer melhores condições para participantes, palestrantes e expositores. "É um espaço dos mais tradicionais do estado. Levando o Fomenta para lá, esperamos oferecer uma estrutura mais dinâmica, moderna e confortável aos congressistas, aos painelistas e aos expositores. Continuamos em Águas de São Pedro, onde sempre fomos muito bem acolhidos, mas acreditamos que essa mudança torna o evento ainda mais relevante."

A organização também renovou parcerias com instituições como o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), o Ministério Público de Contas e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A EPTV, afiliada da Rede Globo, também participa da curadoria da programação.



Fomenta reúne prefeitos, gestores públicos, especialistas e representantes de diferentes instituições para discutir os desafios da administração municipal



Espaço para capacitação e troca de experiências

Além dos painéis e conferências, o congresso contará com atividades de capacitação, feira de exposições e espaços destinados ao relacionamento entre gestores públicos, empresas e instituições.

Para Bruno Oliveira, esse ambiente favorece o intercâmbio de experiências entre municípios que enfrentam desafios semelhantes. "Entendemos que o Fomenta é muito importante para as prefeituras, especialmente as pequenas e médias, porque aproxima esses gestores dos governos estadual e federal. É um ambiente em que eles podem apresentar suas demandas, esclarecer dúvidas, capacitar suas equipes e compartilhar experiências que deram certo em outras cidades", conclui. ▪

Borá,



a cidade que luta para não crescer

Menor município paulista completa 61 anos preservando um modo de vida onde todos se conhecem



Foto: JJ fotos



Com população estimada em 932 habitantes, Borá é o menor município do Estado de São Paulo e o terceiro menor do Brasil
Crédito: Prefeitura Municipal de Borá

Em um Estado com mais de 46 milhões de habitantes, congestionamentos, metrópoles e cidades que disputam investimentos e novos moradores, Borá segue na direção oposta. Com apenas 932 habitantes estimados em 2025, o menor município paulista completa 61 anos de emancipação política preservando uma característica rara: crescer sem deixar de ser pequena.

A cerca de 500 quilômetros da capital, no centro-oeste do Estado, Borá não possui semáforos, trânsito intenso ou grandes avenidas. São apenas 32 ruas, suficientes para atravessar a cidade de um lado ao outro em cerca de dez minutos. A rotina tranquila contrasta com os números que costumam definir o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Embora seja a menor cidade de São Paulo e atualmente a terceira menor do Brasil, Borá apresenta indicadores econômicos expressivos. O PIB per capita alcançou R$ 133,3 mil em 2023, um dos maiores do Estado, segundo o IBGE. Além dos números, porém, Borá chama atenção pela forma como a política funciona quando praticamente todos os moradores se conhecem pelo nome.

Uma cidade construída por poucas famílias

O povoamento começou por volta de 1918, quando integrantes da família Vedovatti atravessavam o Ribeirão Borá para comercializar produtos em Sapezal. O distrito foi criado em 1934, permaneceu por décadas vinculado a Paraguaçu Paulista e conquistou a emancipação em 28 de fevereiro de 1964. A instalação oficial do município ocorreu em 31 de março de 1965.

Sessenta e um anos depois, a cidade continua pequena, mas viu sua população crescer. O Censo de 2022 registrou 907 moradores, aumento de 12,7% em relação aos 805 habitantes contabilizados em 2010. A estimativa do IBGE para 2025 aponta 932 moradores.

Curiosamente, Borá tem mais eleitores do que moradores: segundo o Tribunal Superior Eleitoral, 1.094 pessoas estão aptas a votar na cidade. A explicação, segundo os próprios tribunais eleitorais, está numa mistura de defasagem nas estimativas populacionais, migração e boraenses que se mudaram sem transferir o título de eleitor. ▸

Onde um voto faz diferença

Em Borá, uma eleição pode ser decidida por poucos votos. O prefeito Luiz Carlos Rodrigues (Podemos) foi eleito com 727 votos. Na Câmara Municipal, o vereador mais votado, Paulinho (MDB), conquistou apenas 99 votos. O segundo colocado, Igor Motorista (Podemos), recebeu 87. O nono e último eleito, Luiz Seringueira (MDB), garantiu a vaga com apenas 35 votos.

Em qualquer cidade de médio porte esses números seriam insignificantes. Em Borá, representam o apoio de uma parcela expressiva do eleitorado. O presidente da Câmara, Advaldo Celestino Teixeira (PSD), eleito com 63 votos, afirma que essa realidade torna o trabalho legislativo bastante diferente. "Presidir a Câmara de Borá é uma honra e uma oportunidade única. Somos um município singular, com características que nos tornam especiais no estado de São Paulo. Operamos com maior agilidade nas decisões, menor burocracia e uma conexão genuína com a população."

Segundo ele, a proximidade entre eleitores e representantes facilita o diálogo diário. "Essa proximidade permite que cada vereador conheça profundamente as necessidades e aspirações de cada morador. As decisões são tomadas com rapidez e eficiência, sem perder de vista o bem comum. Somos um modelo de gestão legislativa ágil, responsivo e verdadeiramente democrático", declara.

Política entre vizinhos

Em Borá, pedir votos significa bater à porta de conhecidos, amigos e parentes. Não há bairros distantes nem grandes eventos de campanha. A política acontece nas conversas da praça, da igreja, do mercado e das famílias.

Eleito com 35 votos, o vereador Luiz Seringueira (MDB) afirma que fazer campanha em uma cidade pequena tem vantagens, mas também desafios. "Fica mais fácil conquistar votos porque muitos eleitores são amigos de verdade e ajudam na campanha. O maior desafio é conquistar alguns votos além desse círculo de amizade, já que muitos candidatos pertencem a famílias grandes. Como praticamente toda a população se conhece, muitas pessoas acabam assumindo o compromisso de votar em um parente ou em alguém da própria família."



Eleito com 35 votos, Luiz Seringueira integra a Câmara Municipal de Borá na legislatura 2025-2028
Crédito: Câmara Municipal de Borá



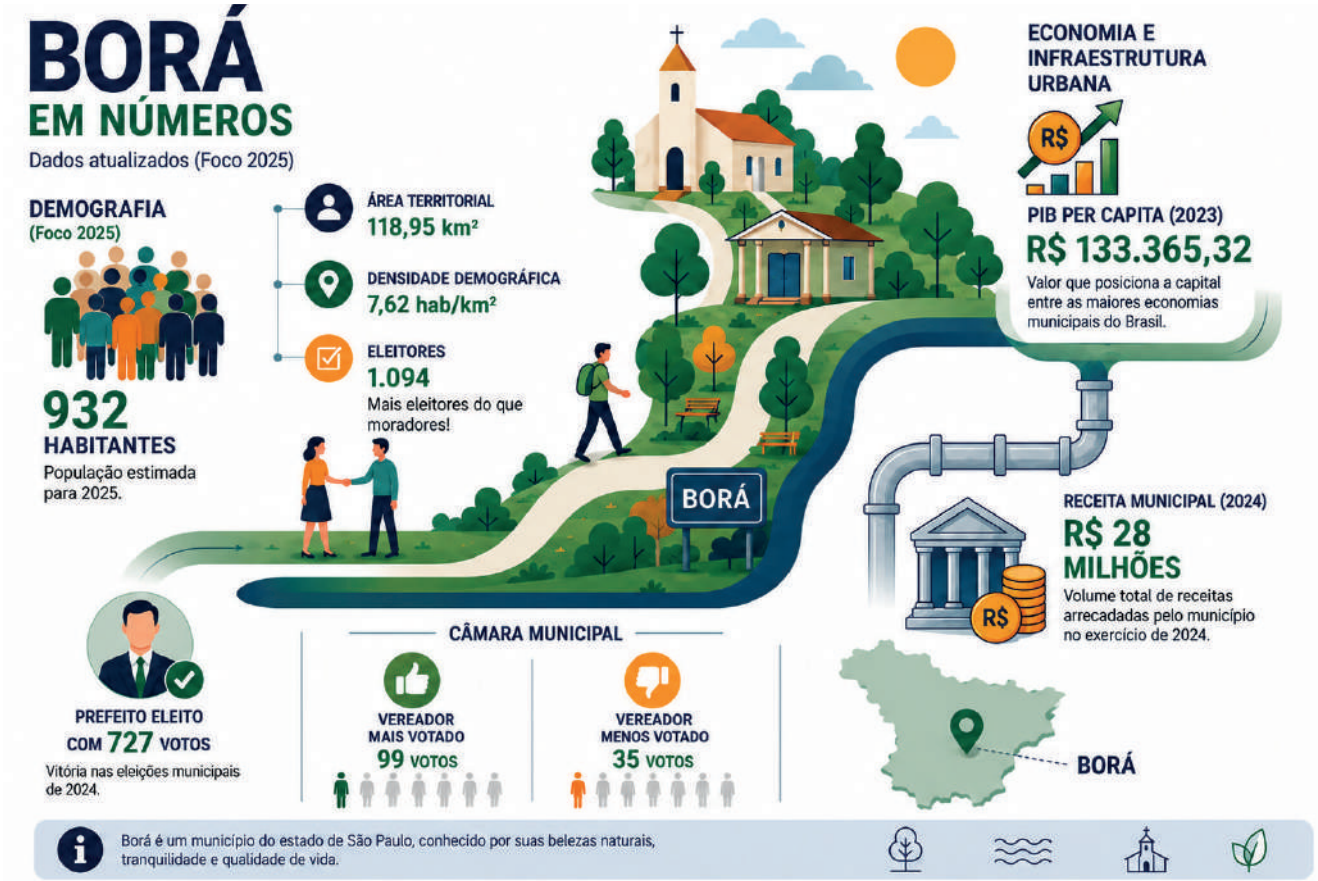
A Igreja Santo Antônio é um dos marcos históricos de Borá
Crédito: Valter Campanato/ Agência Brasil

Crescer sem perder a essência

Embora o município tenha pouco mais de 900 moradores, as demandas apresentadas à Câmara não são muito diferentes das encontradas em cidades maiores. Emprego, saúde, educação, infraestrutura e geração de renda aparecem entre as principais reivindicações da população.

Para o presidente da Câmara, um dos caminhos para fortalecer a economia é explorar melhor o potencial turístico do município. "Temos belezas naturais importantes, como a Cachoeira do Jorjão, a Cachoeira do Tancão e a Serra da Bunka."

Segundo o presidente da Câmara, Executivo e Legislativo trabalham de forma integrada para buscar recursos e desenvolver projetos, mas preservando aquilo que tornou Borá conhecida nacionalmente. "Ambos os poderes trabalham com a mesma missão de desenvolver Borá mantendo suas características únicas, desenvolvendo iniciativas que combinam crescimento econômico com preservação da identidade local."





Presidente da Câmara Municipal de Borá, Advaldo Celestino Teixeira, afirma que a proximidade entre vereadores e moradores permite maior agilidade nas decisões
Crédito: Câmara Municipal de Borá

Um município onde todos se conhecem

A pequena população faz com que o relacionamento entre moradores e representantes públicos seja muito diferente do encontrado na maior parte do país. Para Advaldo, a proximidade fortalece a democracia. "A proximidade com a população é uma força, não um obstáculo. Mantemos equilíbrio através de processos institucionais claros, com votações públicas e transparentes que garantem legitimidade, diálogo permanente, independência institucional, democracia participativa e confiança", assegura o presidente.

A rotina confirma essa proximidade. Borá possui apenas uma Unidade Básica de Saúde, uma escola estadual, uma escola municipal de educação infantil e transporte intermunicipal gratuito para Paraguaçu Paulista. Muitos moradores são aposentados, e praticamente todos conhecem a história da cidade desde a infância.

O desafio é continuar existindo

Ao longo das últimas décadas, Borá deixou de ser a menor cidade do Brasil e passou a ocupar atualmente a terceira posição no ranking nacional. Ainda assim, continua sendo o menor município paulista.

Paradoxalmente, a cidade celebra cada novo morador sem desejar transformar sua essência. O crescimento desejado pelas lideranças locais não é medido pelo número de habitantes, mas pela capacidade de gerar emprego, ampliar o turismo e melhorar os serviços públicos preservando um modo de vida que desapareceu em grande parte do país. ■



MUNICÍPIOS ENCONTRAM NOS CONSÓRCIOS

SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS



SAÚDE

SANEAMENTO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Compras compartilhadas, atendimento em saúde e gestão regional aumentam o interesse por consórcios públicos

Diante da crescente pressão sobre as finanças municipais e da necessidade de ampliar a oferta de serviços públicos, os consórcios deixaram de ser uma alternativa administrativa para se tornar uma estratégia de gestão adotada por centenas de municípios paulistas. Ao reunir cidades em torno de objetivos comuns, esses arranjos permitem reduzir custos, compartilhar estruturas técnicas, acelerar contratações e ampliar a capacidade de atendimento em áreas como saúde, saneamento e desenvolvimento sustentável.

Em São Paulo, onde dezenas de consórcios intermunicipais atuam em diferentes regiões, o modelo ganhou força principalmente entre municípios de pequeno e médio porte, que encontram na cooperação uma forma de superar limitações orçamentárias e técnicas. A expansão desse formato também ampliou a atuação da Federação dos Consórcios Administrativos e Autárquicos do Estado de São Paulo (FECAASP), criada para representar essas entidades e fortalecer sua governança.



Para Fernando Fiori de Godoy, que esteve à frente da FECAASP e participou da formação de diversos consórcios, a principal contribuição desse modelo está na capacidade de unir esforços em torno de políticas públicas. “Os consórcios públicos permitem que os municípios unam esforços para enfrentar desafios comuns de forma mais eficiente. Entre as principais vantagens estão o ganho de escala nas contratações, a redução de custos, o compartilhamento de equipes e estruturas técnicas, a ampliação da capacidade de prestação de serviços e o fortalecimento da gestão pública, especialmente para municípios de pequeno e médio porte. Em muitos casos, o consórcio viabiliza políticas e serviços que seriam difíceis de implementar individualmente, focando na política pública a ser executada, seja ela saúde, educação, saneamento ou desenvolvimento sustentável, por exemplo”, observa Godoy.

Compras mais rápidas e economia de recursos

Uma das principais vantagens apontadas pelos gestores é a possibilidade de reduzir significativamente o tempo necessário para realizar contratações públicas. O presidente da Amppesp (Associação dos Municípios de Médio e Pequeno Porte do Estado de São Paulo) e ex-prefeito de Cordeirópolis, Adinan Ortolan, explica que o consórcio oferece mais agilidade sem retirar a autonomia dos municípios. “A principal vantagem do consórcio é a desburocratização dos processos de compra. Enquanto uma prefeitura pode levar até seis meses para concluir uma aquisição, por meio do consórcio esse prazo é reduzido drasticamente. O município tem a possibilidade de aderir, ou não, à ata de registro de preços ou ao contrato firmado pelo consórcio, o que oferece uma flexibilidade muito grande para a gestão.”

Além da rapidez, as compras compartilhadas proporcionam economia. Segundo Fernando Fiori, o ganho de escala é justamente um dos fatores que tornam os consórcios mais eficientes. “Outro benefício é a redução de custos. Como as compras são realizadas em maior escala, principalmente para atender municípios de pequeno porte, os preços obtidos costumam ser mais vantajosos. Esse ganho de escala permite aquisições por valores significativamente menores.” ▸

Fernando Fiori de Godoy destaca que a cooperação entre municípios fortalece a gestão pública



O presidente da Amppesp, Adinan Ortolan, defende que os consórcios públicos reduzem a burocracia

Saúde concentra experiências bem-sucedidas

Entre as diferentes áreas de atuação, a saúde é apontada como a que reúne os resultados mais consistentes. Para Adinan Ortolan, a flexibilidade proporcionada pelos consórcios permite responder às oscilações da demanda por especialistas, realidade comum na administração municipal. "Os melhores resultados têm sido, sem dúvida, na área da saúde. É muito difícil realizar concurso público e conseguir atrair médicos e outros profissionais da área. Além disso, a demanda varia bastante. Diferentemente da educação, que tem uma procura mais estável, na saúde há períodos em que são necessárias muitas consultas com um determinado especialista, como um neuropediatra, e outros em que praticamente não há demanda. Abrir um concurso para uma especialidade tão específica muitas vezes não resolve o problema, porque não aparecem candidatos. Essa flexibilidade proporcionada pelos consórcios faz muita diferença, especialmente na saúde."

Fernando Fiori observa que o modelo também vem produzindo resultados em outras áreas da administração pública. "A Saúde é uma das áreas em que os consórcios apresentam resultados mais consolidados, com oferta compartilhada de consultas especializadas, exames e mutirões de cirurgias eletivas, entre outras soluções, apresentando um alto índice de resolutividade das demandas para os usuários SUS. Também há experiências bem-sucedidas em gestão de resíduos sólidos, limpeza urbana, iluminação pública, turismo e desenvolvimento sustentável. O modelo é especialmente eficiente quando permite otimizar recursos e ampliar o acesso da população a serviços de qualidade."

Ele cita experiências desenvolvidas por consórcios como CISMETRO Holambra, CISMENTRO Limeira, CONDESU ou CONISC, que estruturaram centrais de compras para contratação de procedimentos de saúde e outros serviços por meio de credenciamento de empresas.

O cuidado com as atas de registro de preços

Se, por um lado, os consórcios oferecem mais rapidez nas contratações, por outro exigem atenção dos gestores na utilização das atas de registro de preços. Adinan alerta que problemas em um município podem comprometer a utilização da mesma ata pelos demais participantes. "Em relação às atas de registro de preços, é preciso ter bastante cuidado. Se houver problemas na utilização de uma ata por um dos municípios, isso pode comprometer os demais que também a utilizam. Uma mesma ata pode ser bem executada em uma cidade e apresentar falhas em outra. Por isso, aderir a atas de registro de preços exige muita cautela e um acompanhamento rigoroso de todo o processo."

Para o presidente da Amppesp, a melhor alternativa é priorizar atas produzidas pelos próprios consórcios dos quais o município faz parte. "Minha recomendação é que os municípios utilizem preferencialmente atas de consórcios dos quais façam parte. Assim, participam da governança, do planejamento dos editais e conhecem todo o processo de contratação. Vejo o modelo do CISMETRO como um exemplo bastante interessante. O consórcio surgiu na Região Metropolitana de Campinas, hoje também atua na Região Metropolitana de Piracicaba e tem prestado um importante apoio aos municípios na área da saúde. Existem ainda outros bons exemplos de consórcios que vêm apresentando resultados positivos."

Fernando Fiori faz avaliação semelhante e destaca que a adesão indiscriminada pode gerar prejuízos. "As atas de registro de preços são instrumentos importantes para conferir agilidade e economicidade às contratações públicas. No entanto, sua utilização exige planejamento e justificativa técnica. A adesão indiscriminada, sem compatibilidade com a demanda real dos municípios ou sem análise da vantajosidade da contratação, pode resultar em desperdício de recursos, contratações inadequadas e questionamentos pelos órgãos de controle. Por isso, é fundamental que cada adesão seja precedida de avaliação técnica, jurídica e financeira."

Governança como fator de segurança

O crescimento dos consórcios públicos também ampliou a preocupação com mecanismos de controle e transparência. Segundo Fernando Fiori, o fortalecimento da governança é essencial para garantir a credibilidade dessas estruturas. "Transparência e eficiência dependem de uma boa governança. Os consórcios públicos devem adotar mecanismos de governança, controle interno, fiscalização pelos municípios consorciados, prestação de contas periódica, divulgação de informações em portais de transparência e observância das normas legais aplicáveis às licitações, contratos e acesso à informação."

Ele acrescenta que alguns consórcios paulistas já trabalham na implantação de ferramentas tecnológicas para ampliar o controle dos processos. "Os consórcios administrativos iniciaram um projeto de governança do regime de credenciamento que pode ser ampliado com o desenvolvimento de um sistema informatizado, com tecnologia de Inteligência Artificial, para garantir a prestação de serviços eficientes e evitar desvios indesejados por falha administrativa ou comportamentos irregulares ou ilegais." ■



MUDANÇAS NO ICMS
reduzem receitas e desafiam planejamento dos municípios

Gavião Peixoto registrou a maior perda proporcional de arrecadação no Estado e precisou rever investimentos

Foto: Prefeitura Municipal de Gavião Peixoto



Gavião Peixoto registrou redução nos repasses da quota-parte do ICMS nos últimos anos

As mudanças promovidas nos últimos anos na forma de distribuição da cota-parte do ICMS entre os municípios paulistas têm alterado a realidade financeira de diversas prefeituras. Para cidades cuja economia depende fortemente de poucas empresas, as oscilações passaram a ser ainda mais perceptíveis, afetando diretamente a capacidade de investimento e o planejamento orçamentário.

O caso de Gavião Peixoto tornou-se um dos mais emblemáticos desse cenário. Dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo mostram uma redução contínua nos repasses anuais da quota-parte do ICMS ao município. Em 2022, Gavião Peixoto recebeu R$ 39,1 milhões. O valor caiu para R$ 37,3 milhões em 2023, recuou para R$ 31,5 milhões em 2024 e chegou a R$ 25,2 milhões em 2025. Pelos cálculos da reportagem, a redução acumulada no período foi de 35,5%, refletindo a perda de receita registrada pelo município.

Segundo o prefeito Adriano Marçal (PSD), a diminuição dos repasses começou após as alterações promovidas pelas Leis Estaduais nº 17.348/2021 e nº 17.892/2024. “As modificações trazidas causaram uma repercussão bastante profunda nas contas de Gavião Peixoto. Nosso município viu uma queda de 71%

nos recebimentos de ICMS desde 2021 até 2024. Trata-se da maior queda relativa entre os municípios de São Paulo. Para uma cidade pequena como a nossa, tal corte sinaliza um recuo drástico no poder de custeio e força uma adaptação constante do fluxo de gastos previstos."

Ajustes no orçamento

A redução da receita levou a administração municipal a rever investimentos e estabelecer prioridades para manter os serviços considerados essenciais. O prefeito afirma que obras, aquisição de equipamentos e eventos precisaram ser reavaliados. "Projetos de construção, compra de máquinas e promoções culturais foram revistos e até mesmo adiados. Um exemplo disso é um evento tradicional da cidade, como o Julinão, que neste ano não terá a sua edição para priorizarmos setores essenciais do municípios. A gestão decidiu manter como meta primordial resguardar o suporte básico, assegurando o fluxo dos atendimentos de saúde, educação, assistência social e zeladoria urbana. A tática visou blindar o suporte direto aos cidadãos, concentrando cortes nos gastos que não afetassem os serviços básicos."

Para enfrentar a queda na arrecadação, a prefeitura afirma ter adotado medidas de contenção de despesas e buscado novas fontes de recursos. "Logo após o início da queda na arrecadação, o Executivo aplicou um sistema de gestão rígida sobre gastos, renegociação de ajustes, gestão financeira contínua e foco nas despesas vistas como vitais. Também ampliou o esforço por busca de verbas das esferas estadual e federal. Essas medidas permitiram manter o equilíbrio fiscal e assegurar a continuidade dos serviços públicos, mesmo diante de um cenário de forte retração das receitas."



Pedido de revisão

Na avaliação do prefeito, os critérios atualmente utilizados para a distribuição da quota-parte do ICMS precisam ser aperfeiçoados para reduzir impactos sobre municípios com menor capacidade de arrecadação própria. "É fundamental que a legislação considere os impactos reais provocados por mudanças tributárias sobre cidades que possuem baixa capacidade de arrecadação própria e elevada dependência das transferências constitucionais. Defendemos um modelo que preserve a autonomia financeira dos municípios, ofereça maior previsibilidade orçamentária e estabeleça mecanismos de transição que evitem perdas abruptas de receita, permitindo um planejamento responsável da administração pública."

Apesar do cenário, Marçal afirma que a administração continuará priorizando os serviços públicos essenciais. "Mesmo diante de desafios, Gavião Peixoto segue administrando com prudência orçamentária, organização estratégica e zelo pelo erário, fato comprovado pelo terceiro ano consecutivo sendo eleita a cidade com a melhor qualidade de vida, segundo o Índice de Progresso Social. Vale destacar também que o município não possui débitos pendentes com seus fornecedores ou empresas contratadas. O foco permanece sendo priorizar verbas na saúde, educação, assistência social e zeladoria. Manteremos sempre o compromisso de preservar a qualidade dos serviços prestados à população", destaca o prefeito.

Critérios previstos em lei

Em nota, a Secretaria da Fazenda e Planejamento informou que os repasses aos municípios seguem critérios estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar Federal nº 63, de 1990.

Segundo a pasta, pelo menos 65% do Índice de Participação dos Municípios (IPM) deve considerar o Valor Adicionado Fiscal (VA), indicador calculado a partir da diferença entre as saídas e entradas de mercadorias e prestações de serviços registradas nos dois exercícios anteriores à apuração. Em São Paulo, o peso desse indicador corresponde a 74% da composição do índice.

A Secretaria observa que municípios de pequeno porte cuja atividade econômica esteja concentrada em uma ou poucas empresas tendem a apresentar maior variação no índice de participação. "Municípios com reduzida população (10.000 habitantes ou menos, por exemplo) e nos quais uma ou duas empresas correspondem a mais de 50% do Valor Adicionado em determinado exercício, são mais sujeitos a variações bruscas dos seus IPM, o que é o caso de Gavião Peixoto", aponta a nota.

A pasta também afirma que a redução dos repasses não significa, necessariamente, perda de posição em relação aos demais municípios. "Não obstante a alegada redução do repasse do ICMS, os dados utilizados para o IPM do ano-base 2024, que estão sendo aplicados para os repasses de ICMS em 2026, atribuem ao município de Gavião Peixoto o 70º maior repasse de ICMS per capita dentre os 645 municípios paulistas. Também em relação à Receita Tributária Própria (ISS, IPTU e ITBI), Gavião Peixoto apresenta a 15ª melhor arrecadação per capita no Estado."

A Secretaria acrescenta que, considerando os repasses realizados entre o início do ano e 21 de julho de 2026, o valor recebido por habitante em Gavião Peixoto é superior à média estadual. "Entre o começo do ano e 21/07/2026, os repasses de ICMS per capita aos cidadãos paulistas, o repasse para Gavião Peixoto, per capita, é 2,65 vezes superior à média do Estado", acrescenta a nota enviada pela Secretaria. ■

Adriano Marçal, prefeito de Gavião Peixoto, afirma que a redução dos repasses do ICMS levou o município a rever investimentos e priorizar áreas essenciais



MARILENE MARIOTTONI

Diretora de Relações Institucionais da AMPPESP, jornalista e engenheira civil e foi Vereadora por 5 mandatos em Mogi Mirim, sendo a primeira Mulher a presidir aquela Câmara. É do Conselho Superior de Estudos Nacionais e Política (CONSENP) e do Conselho Superior Multidisciplinar (COSMU) da FIESP.



ALDA MARCO ANTONIO
exemplo de trabalho com competência e dedicação à causa pública

Alda Marco Antonio é Engenheira Civil pela Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro e Especialista em Saneamento pela Faculdade de Saúde Pública da USP.

É Vice-presidente do PSD (Partido Social Democrático) e Coordenadora nacional do PSD Mulher. Foi Vice-prefeita de São Paulo,

Presidente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência no governo do presidente Itamar Franco e duas vezes Secretária municipal de Assistência Social da Capital paulista. Foi ainda

Secretária de Relações do Trabalho no Governo Franco Montoro e Secretária do Menor do Estado de São Paulo em dois governos: Quércia e Fleury.

Foi Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina.

Marilene: Quais realizações considera mais relevantes quando esteve à frente da Vice-prefeitura de São Paulo? Chegou a exercer interinamente o cargo de Prefeita?

Alda: *Ter sido vice-prefeita de Gilberto Kassab foi muito tranquilo. Além de ele ser um político muito experiente, foi vereador, deputado, ministro e prefeito reeleito e aprovado pela população que governou. À frente da Vice-prefeitura de São Paulo, no período de 2008 a 2012, comandei também a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e o fiz pela segunda vez, pois antes já a havia comandado nos anos de 1999 e 2000. Na função de Vice-prefeita, tive oportunidade, em três ocasiões, de ocupar a titularidade como Prefeita interina, suprindo a ausência do Prefeito em viagens internacionais. Tenho orgulho de, como Vice-prefeita e Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, ter, com a equipe de colaboradores, a maioria mulheres assistentes sociais, implantado a rede física dos equipamentos previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Em quatro anos, foram mais de seiscentos equipamentos novos entre CRAS, CREAS, Moradas para Idosos, Albergues, Abrigos para mulheres e seus filhos, vítimas de violência doméstica, Tendas para atendimento diurno a moradores em situação de rua, entre outros.*

A implantação da rede física complementou o trabalho que, com a mesma equipe, fiz nos anos 1999/2000, quando a cidade de São Paulo finalmente adequou-se à legislação criada na Constituinte de 1998, tanto à LOAS quanto à LDB.

Marilene: O que considera mais relevante no exercício dos cargos nos governos federal e estadual?

Alda: *Considero toda a função pública de grande relevância.*

Marilene: O que acha da AMPPESP e qual a mensagem que envia aos municípios?

Alda: *Considero a AMPPESP a melhor iniciativa surgida no Estado de São Paulo nos últimos tempos, porque nasceu para ajudar e se preocupar com as necessidades de cidades com até 50 mil habitantes, sobretudo na seara de suas administrações.*

Marilene: Qual a sua mensagem para a participação política da Mulher?

Alda: *Nós, as brasileiras, somos a maioria da população e também a maioria entre os eleitores, porém, não fazemos valer, ainda, nossa força quando se trata de eleições e cargos de comando. Considero assustador que, em nossa pátria, existam perto de mil municípios que não contam com uma única Vereadora na Câmara Municipal. As mulheres dessas cidades estão delegando aos homens, apenas a eles, os destinos de todos, inclusive o delas mesmas. Meu conselho:*

MULHER, ESCOLHA UM PARTIDO POLÍTICO CUJOS PRINCÍPIOS E VALORES COICIDAM COM OS SEUS E VÁ MILITAR. VÁ AJUDAR A FAZER AS MUDANÇAS QUE VOCÊ DESEJA PARA SI, PARA SUA FAMÍLIA E PARA ESTE QUERIDO PAÍS CHAMADO BRASIL.



SECRETÁRIA DRA. ÂNGELA GANDRA
a capacidade e o amor na gestão pública

Dra. Ângela Vidal Gandra da Silva Martins é advogada e jurista, com sólida trajetória acadêmica e experiência em Direito, Filosofia e Gestão pública. É pós-doutora, doutora e mestre em Filosofia do Direito, além de bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), e possui formação executiva pelo IESE Business School. Atualmente, é Secretária Municipal de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo.

Marilene: Quais realizações considera mais relevantes à frente dessa tão importante Secretaria de Relações Internacionais de São Paulo?

Dra. Ângela*: Tenho a satisfação de liderar uma Secretaria que vem consolidando São Paulo como uma cidade cada vez mais conectada ao mundo e capaz de transformar cooperação internacional em benefícios concretos para a população. Entre as principais realizações, destaco o fortalecimento da atuação internacional da cidade por meio de missões estratégicas e da participação ativa em redes globais e organismos internacionais. Nos últimos anos, São Paulo ampliou sua presença em agendas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável, inovação, cultura, inclusão social, governança e enfrentamento das mudanças climáticas, fortalecendo parcerias com cidades, governos e instituições internacionais. Missões re-*

alizadas em países como Marrocos, China, Dinamarca, Espanha, Equador e Porto Rico contribuíram para a troca de boas práticas e para a atração de novas oportunidades de cooperação. Outro eixo prioritário tem sido a política municipal para migrantes e refugiados. São Paulo é uma cidade construída pela diversidade e, por isso, buscamos fortalecer políticas públicas de acolhimento, integração e garantia de direitos, além de ampliar a cooperação internacional sobre mobilidade humana e inclusão social, consolidando a capital como referência latino-americana nessa agenda. Outro destaque é o fortalecimento do relacionamento institucional com o corpo consular, as câmaras de comércio e organismos internacionais sediados em São Paulo. A realização de encontros estratégicos com representantes diplomáticos e consulares tem ampliado o diálogo entre a Prefeitura e a comunidade internacional, criando oportunidades para investimentos, intercâmbio de conhecimento, cooperação técnica e desenvolvimento econômico para a cidade. Da mesma forma, valorizamos a atuação das consulesas e das lideranças femininas da comunidade diplomática, reconhecendo seu importante papel na promoção da cultura, da inclusão social e da cooperação internacional. Por fim, destaco o fortalecimento da imagem internacional de São Paulo como uma cidade inovadora, humana, diversa e comprometida com soluções globais para desafios locais. Nosso objetivo é fazer com que cada parceria internacional resulte em políticas públicas mais eficientes, geração de oportunidades e melhoria da qualidade de vida da população paulistana, visando uma cultura de paz.

Marilene: O que acha da AMPPESP e qual a mensagem que envia aos municípios?

Dra. Ângela: *Considero muito importante que o Estado de São Paulo possa contar com uma associação como a AMPPESP, que fortalece o municipalismo, promove o diálogo entre gestores e incentiva a troca de experiências e boas práticas entre os municípios. Iniciativas como essa contribuem para uma gestão pública mais integrada, eficiente e inovadora. Aos municípios, deixo a mensagem de que os grandes desafios da atualidade são enfrentados com cooperação. Compartilhar conhecimento, construir parcerias e atuar de forma colaborativa fortalece a capacidade das cidades de oferecer melhores políticas públicas e mais qualidade de vida à população. Quando os municípios trabalham juntos, todos saem mais fortes.*

Marilene: Qual a sua mensagem para a participação política da Mulher?

Dra. Ângela: *A participação da mulher na política e nos espaços de liderança é fundamental para a construção de uma sociedade mais representativa e humana. Quando uma mulher ocupa um cargo de decisão, ela não abre apenas uma porta para si, mas inspira e encoraja outras mulheres a acreditarem em seu potencial e a colocarem seus talentos a serviço da sociedade. Tenho aprendido que a liderança feminina pode unir competência técnica, sensibilidade e capacidade de diálogo. Precisamos continuar criando oportunidades para que mais mulheres sejam protagonistas, tenham voz, ocupem posições estratégicas e possam projetar seu trabalho e suas ideias. A presença feminina fortalece as instituições e amplia a qualidade das decisões públicas. Na Secretaria Municipal de Relações Internacionais, buscamos reconhecer e valorizar mulheres que, muitas vezes, desempenham papéis fundamentais, mas nem sempre recebem a visibilidade que merecem. Foi esse o espírito que nos motivou a homenagear as consulesas que atuam em São Paulo: mulheres que promovem o diálogo entre culturas, acolhem suas comunidades e constroem pontes de cooperação entre os povos. Reconhecer essas lideranças é também incentivar que mais mulheres ocupem espaços de influência e contribuam para transformar a sociedade. Minha mensagem é que nenhuma mulher subestime sua capacidade de liderar. O talento, a dedicação e o compromisso de cada uma têm o poder de gerar mudanças concretas. Precisamos apoiar umas às outras, ampliar redes de colaboração e continuar abrindo caminhos para que as próximas gerações encontrem um ambiente cada vez mais justo, inclusivo e repleto de oportunidades. Felizmente, a Prefeitura de São Paulo tem dado importantes passos nessa direção. Hoje, mais de 50% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres, reflexo do reconhecimento de sua competência e da valorização da diversidade na gestão pública. Esse avanço demonstra que, quando oportunidades são criadas, as mulheres respondem com excelência, contribuindo para uma administração mais inovadora, eficiente e representativa da sociedade.*

Prefeita GRAÇA ZUCCHI MORAES a Mulher que faz a diferença na administração pública



Maria da Graça Zucchi Moraes, é Prefeita de Itirapina, em seu segundo mandato e é membro da Comissão de Sindicância da Associação Paulista de Municípios (APM). É formada em Letras e Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos, foi Professora da Rede Estadual de Ensino, Diretora de Escola e Supervisora de Ensino, por concurso público. Exerceu o cargo de Secretária Municipal de Educação de Itirapina por 8 anos consecutivos.

Marilene: Quais realizações considera mais relevantes à frente da Prefeitura de Itirapina?

Prefeita Graça: *Primeiramente, a forma democrática de governar. Quanto às obras relevantes, temos várias de grande importância para a melhoria das condições de vida da nossa população. Entre as obras físicas realizamos o asfaltamento de uma vicinal que tornou o bairro atendido mais integrado aos serviços públicos, além de uma grande estação de tratamento do fósforo gerado pelo esgoto e que contamina as águas dos rios; construímos novos e belos espaços para caminhada e prática de atividades físicas. Quanto às imateriais, implantamos programas sociais, educacionais e culturais destinados às diferentes faixas etárias.*

Marilene: O que acha da AMPPESP e qual a mensagem que envia aos municípios?

Prefeita Graça: *Considero a AMPPESP uma associação que presta serviços relevantes aos municípios de pequeno porte; daí a necessidade de estarem associados a ela.*

Marilene: Qual a sua mensagem para a participação política da Mulher?

Prefeita Graça: *Considero que a mulher precisa ocupar os espaços na política. Não há democracia plena sem a participação das mulheres. Quando nós ocupamos esses espaços de decisão, a política ganha sensibilidade, competência e diversidade, construindo uma gestão em que igualdade e equidade deixam de ser ideais e se tornam reais.* ■

Segunda edição da PontoGov amplia diálogo com autoridades estaduais

A Associação dos Municípios de Médio e Pequeno Porte do Estado de São Paulo (AMPPESP) realizou a distribuição da segunda edição da revista PONTO GOV, publicação trimestral produzida em parceria com o Grupo Jornal Cidade de Rio Claro. A edição reúne reportagens sobre temas de interesse dos municípios, como os impactos da reforma tributária, os custos da saúde para as prefeituras, gestão pública e desenvolvimento regional, além de prestar homenagem à presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), Cristiana de Castro Moraes.

Como parte da divulgação da publicação, a AMPPESP promoveu uma série de agendas institucionais para apresentar a nova edição da PONTO GOV a representantes dos governos estadual e federal, órgãos de controle, lideranças políticas, instituições públicas e prefeitos paulistas.





Dr. Bruno Oliveira, secretário executivo da AMPPESP e secretário de Planejamento de Rio Claro; Dra. Fernanda Hebling, secretária de Negócios Jurídicos de Corumbataí; Dra. Cristiana de Castro Moraes, homenageada da 2ª edição da revista; Adinan Ortolan, presidente da AMPPESP; Dra. Letícia Feres, procuradora geral do Ministério Público de Contas



Adinan Ortolan, presidente da AMPPESP; e Gustavo Feliciano, ministro do Turismo



Diogo Prim, superintendente regional do Banco do Brasil para o Setor Público nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.



Lú Alckmin



Hernani Leonhardt, vereador de Rio Claro; vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (responsável pela indicação da Dra. Cristiana ao TCE/SP, quando foi Governador de São Paulo)



Felício Ramuth, vice-governador do estado de São Paulo





Leandro Martinez, ex-prefeito de Corumbataí e diretor da AMPPESP; Tarcísio de Freitas, governador do estado de São Paulo; e João Altarugio, prefeito de Corumbataí



Reunião com mais de 20 prefeitos e prefeitas no Palácio do Planalto a pedido da AMPPESP, no dia 20 de maio, oportunidade em que todos receberam exemplares da PontoGov



Reinaldo Iapequino, presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU)



Fraide Barreto Sales, secretário executivo de Justiça do Estado de São Paulo.



Fabrício Moura Moreira, presidente da Fundação para Desenvolvimento da Educação (FDE)





Itamar Borges, deputado estadual de SP

EXPEDIENTE

REDATORA-CHEFE:
Carla Hummel

REDAÇÃO:
Lucas Calore e Vivian Guilherme

PROJETO GRÁFICO:
Karina Zilah da Fonseca

IMPRESSÃO:
Jornal Cidade de Rio Claro Ltda

TIRAGEM:
10.000 exemplares

CIRCULAÇÃO:
Estado de São Paulo

HOME PAGE:
www.jornalcidade.net

E-MAILS:
redacao@jcrioclaro.com.br
vendas@jcrioclaro.com.br

FALE COM O JC:
(19) 3526-1000 / (19) 3526-1001

FALE COM A REDAÇÃO:
(19) 99942-4100

Uma publicação do GRUPO JC DE COMUNICAÇÃO

Avenida 5, 283 - Rio Claro – SP
CEP 13500-380

DIRETORES GRUPO JC:
Aline Beatriz Pezzotti de Magalhães Ceron
Luis Augusto Pezzotti de Magalhães
Luis Eduardo Pezzotti de Magalhães

AMPPESP - Diretoria:

Nome	Cargo Eletivo/Profissional Atual	Cargo na AMPPESP
José Adinan Ortolan	Ex-Prefeito de Cordeirópolis	Presidente
João Victor Barboza	Prefeito de Águas de São Pedro	Vice-Presidente
Fabio Polidoro	Prefeito de Pedreira	Secretário Geral
Ruy Fávaro	Ex-Prefeito de Dois Córregos	Secretário Geral Adjunto
Leandro Martinez	Ex-Prefeito de Corumbataí	1º Tesoureiro
Maria Clélia Pichelli	Prefeita de Itapuí	2º Tesoureira
Pedro Franco	Prefeito de Engenheiro Coelho	Conselho Fiscal - Titular
Jordão Antônio Vidotto	Prefeito de Óleo	Conselho Fiscal - Titular
Hélio Franzol Bernardino	Prefeito de Saltinho	Conselho Fiscal - Suplente
Diego Heron Pinheiro	Ex-Prefeito de Ipeúna	Conselho Fiscal - Suplente e Diretor de Saúde
Victor Maruyama	Prefeito de Barra do Turvo	Vice-Presidente Regional (Registro) e Diretor de Agronegócio
Anderson Ferreira	Prefeito de Macatuba	Vice-Presidente Regional (Bauru)
Yan Lopes	Prefeito de Caçapava	Vice-Presidente Regional (São José dos Campos)
Mario Pires de Oliveira Filho	Prefeito de Ibiúna	Vice-Presidente Regional (Sorocaba)
Cláudia Botelho	Ex-Prefeita de Estiva Gerbi	Vice-Presidente Regional (Campinas)
Adriano Marçal	Prefeito de Gavião Peixoto	Vice-Presidente Regional (Araraquara)

Leonardo Caressato Capitelli	Prefeito de Serrana	Vice-Presidente Regional (Ribeirão Preto)
Ciro Costa	Prefeito de Santa Adélia	Vice-Presidente Regional (São José do Rio Preto)
Walter Rodrigo Silva	Prefeito de Queiroz	Vice-Presidente Regional (Araçatuba)
Bárbara Medeiros Vilches	Prefeita de Presidente Venceslau	Vice-Presidente Regional (Presidente Prudente)
Marco Aurelio Oliveira Pinheiro	Ex-Prefeito de São Pedro do Turvo	Vice-Presidente Regional (Marília)
Elson Gomes dos Santos	Prefeito de Cristais Paulista	Vice-Presidente Regional (Franca)
Marcelo Otaviano dos Santos	Ex-Prefeito de Monte Azul Paulista	Vice-Presidente Regional (Barretos)
Mateus Freitas	Prefeito de Guapiara	Vice-Presidente Regional (Itapeva)
Rodolfo Rodrigues Marcondes	Prefeito de Salesópolis	Vice-Presidente Regional (Grande São Paulo)
Josias Zani Neto	Prefeito de Santa Maria da Serra	Vice-Presidente Regional (Metropolitana de Piracicaba)
Felipe Antônio Colaço Bernardo	Prefeito de Peruíbe	Vice-Presidente Regional (Santos)
Paulo Alberto Finamore	Prefeito de Louveira	Vice-Presidente Regional (Metropolitana de Jundiaí)
Julião Cesar Mori Vechiatto	Prefeito de Ouro Verde	Diretor Regional - Dracena
Fábio Luiz Florentino de Faria	Prefeito de Flora Rica	Diretor Regional - Adamantina
Lió Neto	Prefeito de Sud Mennucci	Diretor Regional - Andradina
Paulo Henrique Miotto	Prefeito de Vitória Brasil	Diretor Regional - Jales
Priscila Tatiana Dias Massoni	Prefeita de Turmalina	Diretora Regional - Fernandópolis
Acácio Tardoque Ferreira	Prefeito de Macaubal	Diretor Regional - Votuporanga
Reni Aparecida da Silva	Prefeita de Irapuã	Diretora Regional - Catanduva
Mireli Martins	Prefeita de Orindiúva	Diretora Regional - São José do Rio Preto
Tais Contieri	Prefeita de Cafelândia	Diretora Regional - Lins
Marcos Bilancieri	Prefeito de Boracéia	Diretor Regional - Jaú
Rafael Lima Fernandes	Prefeito de Agudos	Diretor Regional - Bauru
Marcelo Pecchio	Ex-Prefeito de Quatá e Presidente do SIVAP	Diretor Regional - Tupã
Marta Patrícia Stonis da Costa	Prefeita de Iepê	Diretora Regional - Presidente Prudente
João Altarugio Filho	Prefeito de Corumbataí	Diretor Regional - Rio Claro
José Benedito Camacho	Prefeito de Ibirarema	Diretor Regional - Assis

Wilson Garcia	Prefeito de Bernardino de Campos	Diretor Regional - Ourinhos
André Braga	Prefeito de Porto Ferreira	Diretor Regional - São Carlos
Paulo Roberto Martins	Prefeito de Manduri	Diretor Regional - Avaré
Edson Marcusso	Prefeito de Boituva	Diretor Regional - Itapetininga
Leonardo Teixeira Spiga Real	Prefeito de Tambaú	Diretor Regional - São João da Boa Vista
José Rafael Vezzan	Prefeito de Monte Alegre do Sul	Diretor Regional - Bragança Paulista
Gustavo Zanin Lucena Famadas	Prefeito de Canas	Diretor Regional - Guaratinguetá
Angelita Meneghin Ortolan	Ex-Secretária da Educação de Cordeirópolis	Diretora de Educação
Paulo Martiniano	Ex-Secretário de Cultura	Diretor de Cultura
Marilene Mariottoni	Jornalista e Engenheira Civil	Diretora de Relações Institucionaiszz
José Nazareno Zezé Gomes	Prefeito de Hortolândia	Diretor de Mobilidade Urbana
Vitor Ricomini	Prefeito de Capivari	Diretor de Segurança Pública
Thomas Law	Presidente do Ibrachina	Diretor de Relações Internacionais
Fernanda Letícia Hebling da Silva	Secretária Municipal de Negócios Jurídicos	Secretária Municipal de Negócios Jurídicos
Leca Berto	Prefeita de Brotas	Diretora de Mulher
Joice Berni	Vice-Prefeita de Tupã	Diretora de Pessoa com Deficiência e Transtorno Autista
Diego Fabiano	Vereador de Cordeirópolis	Diretor de Política de Igualdade Racial
Frank Gonçalves	Presidente da Câmara de Iepê	Diretor de Políticas para a Juventude
Fátima Celin	Professora e Ex-Vice-Prefeita de Cordeirópolis	Diretora de Políticas para Criança e Adolescente
Marcelo Fortes Barbieri	Ex-Deputado Federal e Ex-Prefeito de Araraquara	Diretor de Inovação Tecnológica e Inteligência Artificial
Marcos Domingos	Prefeito de Iporanga	Diretor de Turismo
Hellen Cristina Rubini Teixeira	Coordenadora da Rede de Parcerias no Estado de São Paulo	Diretora de Convênios
Dr. Marcelo Palaveri	Advogado	Diretor da Consultoria Juridica
Oscar Grossi	Ex-prefeito de Tarumã	Diretor de Mudanças Climáticas
Rafa Vezzan	Prefeito de Monte Alegre do Sul	Diretor de Esportes e Lazer
Antonio Carlos Abuabud Junior	Prefeito de Santa Lucia	Diretor de Desenvolvimento Social



Conheça o programa do Sebrae que orienta o seu acesso ao crédito.
Com ele, você recebe acompanhamento especializado para usar o recurso de forma inteligente e organizar as finanças da sua empresa. Se você quer expandir suas operações ou sair do sufoco, conte com o Sebrae para respirar aliviado.

Acesse
o QR Code.

Oxigena. Mais fôlego para sua empresa.

SEBRAE